



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA
CURSO DE HOTELARIA

**O VALE DO CAFÉ FLUMINENSE E A QUESTÃO HISTÓRICO
CULTURAL:** Um estudo de caso sobre a responsabilidade
sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado em
Miguel Pereira, RJ.

LEANDRO DE ARAUJO DIAS

SEROPÉDICA – RIO DE JANEIRO – Brasil
2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA
CURSO DE HOTELARIA

O VALE DO CAFÉ FLUMINENSE E A QUESTÃO HISTÓRICO CULTURAL: Um estudo de caso sobre a responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado em Miguel Pereira, RJ.

Leandro de Araujo Dias

Professor Orientador: **Prof. Dr, Sérgio Domingos de Oliveira.**

Co-orientadora: **Prof^a. Msc, Gabriela Catolino.**

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, especificamente ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, setor responsável pelo Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria – DEDH, como parte das obrigações necessárias para obtenção do título de bacharel em hotelaria.

SEROPÉDICA – RJ
Julho –2015

Leandro de Araújo Dias

O VALE DO CAFÉ FLUMINENSE E A QUESTÃO HISTÓRICO CULTURAL: Um estudo de caso sobre a responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado em Miguel Pereira, RJ.

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Hotelaria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte integrante do requisito necessário ao término do curso.

Sérgio Domingos de Oliveira, Dr.

Lélio Galdino Rosa, Dr.

Fábio Passos, Esp.

Seropédica, 21 de Julho de 2015.

EPÍGRAFE

“(…) O turismo constitui-se num fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico aos sujeitos que o praticam. O sujeito turístico consome o turismo, por meio de um processo tribal, de comunhão, e ‘re-ligação’, de testemunho, em um espaço e tempo tanto real como virtual, desde que possível de convivência, de presenteísmo” (MOESCH, M. M., op. Cit., p.129).

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a toda minha família, amigos, professores e, em especial, a Sérgio Domingos de Oliveira e a Rafael de Almeida Leite, por ter me oportunizado, de alguma forma, o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O Vale do Café Fluminense, região localizada no centro-sul do estado do Rio de Janeiro, possui um patrimônio histórico e cultural de valor indiscutível. Como principal vocação turística, a região possui o contexto histórico cultural do ciclo cafeeiro dos séculos XVIII e XIX, representado, sobretudo nos casarões e fazendas antigas concebidas hoje como meio de hospedagem. Neste sentido, com tema “O Vale do Café Fluminense e a questão histórico cultural: um estudo de caso sobre a responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado em Miguel Pereira – RJ” a presente pesquisa objetivou avaliar o nível de responsabilidade sociocultural do meio de hospedagem acima citado. Para tanto, como metodologia utilizou da pesquisa qualitativa, aonde as técnicas adotadas foram à observação não participante, realização de entrevista e estudo bibliográfico. Além disso, como instrumentos avaliativos foram utilizados a ABNT NBR 15401 (2006) e a *Biosphere Responsible Tourism* (2013), ambos nos requisitos socioculturais para o turismo sustentável. Como resultado a pesquisa evidenciou que, o nível estimado de responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília é elevado e segue a legislação em vigor.

PALAVRAS – CHAVES: Vale do Café Fluminense. Responsabilidade sociocultural. Hotel Fazenda Santa Cecília, RJ.

ABSTRACT

Vale do Café Fluminense is a region situated in the southernmost central area in Rio de Janeiro, and has priceless historic and cultural legacies. Among its touristic features, the most representative is related to the coffee cycle which occurred in the 18th and 19th centuries, the remnants of this time is easily seen in mansions and farms currently used as hostels. In this case, entitled “Vale do Café Fluminense and the historic and cultural issue: a case study concerning sociocultural responsibility in Hotel Fazenda Santa Cecília situated in Miguel Pereira – RJ” this study intends to evaluate sociocultural and historic indicators in the aforementioned hosting system. For such means, a qualitative study was the methodology employed in these studies, using tools such as the sole observation, the interviewing, and the bibliographic study. Moreover, the evaluating instruments chosen were the ABNT NBR 15401 (2006), and the *Biosphere Responsible Tourism* (2013), both related to sociocultural issues for a sustainable tourism. As a result, the study pointed the estimate level of sociocultural responsibility of Hotel Fazenda Santa Cecília is high enough to be classified above the standards according to the current law.

KEY – WORDS: Vale do Café Fluminense. Sociocultural responsibility. Hotel Fazenda Santa Cecília, RJ.

LISTA DE FIGURA

1	Mapa da região do Vale do Café Fluminense.....	32
2	Mapa de Miguel Pereira, RJ.....	35
3.	Hotel Fazenda Santa Cecília, Miguel Pereira – RJ.....	37
4	Imagem frontal do meio de hospedagem.....	40
5.	Entrada principal do Hotel Fazenda Santa Cecília.....	41
6	Fachada do Hotel Fazenda Santa Cecília.....	42
7	Varanda com vãos em aços plenos.....	42
8	Visão externa das Unidades habitacionais.....	43
9	Acesso externo, ao fundo terraço calçado em pedras.....	44
10	Telhado da Fazenda Santa Cecília.....	48
11	Fachada principal.....	48
12	Capela Santa Cecília.....	49
13.	Objetos antigos em exposição.....	50
14.	Visita a fazenda.....	51
15.	Placa indicativa de reflorestamento.....	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. Justificativa.....	10
1.2. Objetivos.....	11
1.2.1. Geral.....	11
1.2.2. Específicos.....	11
1.3. Procedimentos e métodos.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1. Turismo e legado cultural.....	15
2.2. Patrimônio cultural.....	18
2.3. Meio de hospedagem histórico.....	22
3. OBJETO DE ESTUDO.....	32
3.1. O Vale do Café Fluminense.....	32
3.2. Miguel Pereira – RJ.....	35
3.3. Hotel Fazenda Santa Cecília.....	37
4. ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
Anexos	63
Anexo I.....	63
Anexo II.....	65
Anexo III.....	69
Anexo IV.....	70
Anexo V.....	71
Apêndice	72

1. INTRODUÇÃO

O Vale do Café Fluminense, região localizada no centro-sul do estado do Rio de Janeiro, possui um patrimônio histórico e cultural de valor indiscutível. Como principal vocação turística, a região possui o contexto histórico cultural uma vez que guarda importantes construções remanescentes do ciclo cafeeiro do século XVIII e XIX (BRASIL, 2006).

O tema “O Vale do Café Fluminense e a questão histórico cultural: um estudo de caso sobre a responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado em Miguel Pereira – RJ” foi escolhido, ao perceber que o bem cultural é reconhecido como um lugar ou objeto de memória a ser desfrutado pelos cidadãos, assim como de realimentação do sentido de identidade e pertencimento social.

Neste sentido, ao iniciar os estudos da pesquisa para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso de graduação, observou-se a necessidade de apresentar os conceitos de turismo e legado cultural, patrimônio cultural e meio de hospedagem histórico como marcos teóricos fundamentais que sustentam os princípios da responsabilidade sociocultural em meios de hospedagem com propriedades históricas culturais.

No que se refere ao turismo, Oliveira (2009, p.164) considera-o sob o seguinte ponto de vista:

Turismo é uma atividade que vem se destacando como uma importante e crescente fonte de geração de emprego e renda no Brasil e no mundo. Essa faceta lhe impõe características peculiares, pois exige que tantas empresas públicas quanto privadas estejam dispostas e preparadas para desenvolvê-lo de forma profissional e não apenas como uma mera e insustentável tábua de salvação econômica”.

Neste contexto e segundo dados da organização Mundial do Turismo (OMT), só em 2004, 40% das viagens foram realizadas por motivos culturais, dando preferência a lugares com características históricas.

Neste século 21, o turismo vem se configurando como uma atividade de grande impacto na economia dos países receptores, percebendo-se um aumento da demanda turística por todo o mundo, especialmente no Brasil. A esse tocante, Araújo (et al, 2009) ressalta que um dos principais direcionamentos dos destinos turísticos tem apontado, com frequência, para os

hotéis que possuem uma estreita relação com a preservação do patrimônio histórico cultural.

Entretanto, na percepção de Rosa (2014, p.14) alguns elementos têm que ser criteriosamente observados para manter a sua atratividade: “Em uma análise e percepção contextualizadas de forma ampla, nota-se que os destinos turísticos, em níveis internacionais, nacionais, regionais e locais, necessitam de diferenciais que os tornem atrativos ao consumidor”. É neste contexto que se percebe a real necessidade em se estudar e avaliar os níveis de responsabilidades socioculturais dos meios de hospedagens com propriedades históricas, em especial nesta pesquisa, meios de hospedagem localizados em regiões de inegável cunho cultural, como o Vale do Ciclo do Café Fluminense, RJ.

Assim, para iniciar a mostra dos meandros de avaliação desta pesquisa, a apresentação do estudo se dá na seguinte ordem: apresentação dos objetivos geral e específicos seguidos de justificativa, metodologia, estudo bibliográfico, objeto de estudo de pesquisa, resultados e considerações finais.

1.1. Justificativa

Pesquisar o nível de responsabilidade sociocultural de meios de hospedagem alocados em hotéis fazendas com propriedades históricas percorrendo conseqüentemente sobre ações de preservação no circuito turístico do Vale do Ciclo do Café Fluminense - RJ possui uma tripla relevância: científica, pessoal e social.

No que concerne ao conhecimento científico, à futura pesquisa preencherá lacunas existentes no âmbito teórico. Tais lacunas se devem, sobretudo, devido à percepção de poucas fontes que versem sobre a temática da patrimonialização nos meios de hospedagem vinculado a mensuração de seus níveis de responsabilidades socioculturais no que tange a oferta de seus produtos e serviços em região com propriedades históricas.

Em relação à importância social, a referida pesquisa também se justifica pelo fato de que a mesma contribuirá para a construção de um olhar diferenciado tanto do morador local quanto do hóspede nos hotéis com traços

históricos. A partir da correlação, análise e explanação das diversas formas de atividades turísticas desenvolvidas pelos meios de hospedagens sob a forma de produtos e serviços, associadas à noção de patrimônio, o presente trabalho pretende realçar a importância de se preservar bens de cultura material e imaterial, uma vez que reconhecido o significado do termo preservar nesses empreendimentos com a adoção de iniciativas responsáveis sócio culturalmente, toda a sociedade é beneficiada.

Por fim, no que tange a escolha do tema, pode-se dizer que o mesmo se deu em função da proximidade do pesquisador com a área estudada e o interesse pela gestão de meios de hospedagem com propriedades históricas, em particular o Hotel Fazenda Santa Cecília localizado no Vale do Café Fluminense – RJ, objeto de estudo desta pesquisa.

1.2. Objetivos

1.2.1. Geral

A referida pesquisa teve por objetivo geral avaliar a responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado no município de Miguel Pereira na região do Vale do Café Fluminense, RJ.

1.2.2. Específicos

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa pautou-se em:

- Verificar de que forma a cultura local é concebida pelo meio de hospedagem;
- Compreender a relação existente entre o meio de hospedagem e a comunidade local;
- Relacionar as formas de fomento e respeito à população local e aos recursos culturais locais, tangíveis e intangíveis e;
- Estimar o nível de Responsabilidade Sociocultural do Meio de Hospedagem analisado na pesquisa.

1.3. Procedimentos e métodos

A metodologia de pesquisa empregada na proposta da análise da responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado em Miguel Pereira no Vale do Café Fluminense - RJ baseia-se na pesquisa qualitativa, aonde as técnicas adotadas foram à observação não participante, realização de entrevista e estudo bibliográfico.

No que concerne ao método qualitativo, de acordo com Heloisa Helena T. de Souza Martins (2004), esta metodologia é definida como aquela que salvaguarda a análise de micro processos a partir de estudos que envolvem ações sociais individuais e grupais, produzindo um exame intensivo dos dados e caracterizados pela heterodoxia no momento da análise.

Para Martins (2004, p. 292), este método de estudo é importante porque “Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita”.

Nas palavras de Denker (2007), o uso do método qualitativo é válido por este, permitir uma base de informação observacional e de expressão oral ou escrita, pouco estruturada e recoletada a partir de pautas mais flexíveis, dificilmente quantificáveis.

Corroborando com tal afirmação, para Neves (1996) a pesquisa qualitativa é uma técnica relevante de investigação, porque costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não procura enumerar ou aferir eventos e, geralmente, não utiliza instrumento estatístico para análise de resultado, já que seu interesse é bem mais amplo.

Neste sentido, a pesquisa qualitativa, busca a obtenção de dados descritivos na relação constante do pesquisador com a situação objeto de estudo. Ou seja, o estudo qualitativo é um conjunto de distintas técnicas interpretativas que objetivam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados traduzindo e expressando os sentidos e as realidades dos fenômenos do mundo social (NEVES, 1996).

Segundo Appolinário (2012), a análise dos dados obtidos de forma qualitativa procura compreender e interpretar a realidade em seu todo, sem que

haja inferências que contribuam para a promulgação de aspectos genéricos passíveis de previsões.

Richardson e Wainring (1999) afirmam ainda que a pesquisa qualitativa não é a metodologia que busca a quantificação de características ou comportamentos apresentados no decorrer da pesquisa, mas, sim, a compreensão dos significados dos dados apresentados pelos entrevistados e personagens em geral tidos como objeto de estudo.

Desta forma, uma vez mostrada e elucidada a condição de abordagem da pesquisa, cabe relatar os instrumentos que representam as formas de coleta de dados utilizadas no decorrer da pesquisa.

Podemos definir um instrumento de pesquisa como um procedimento, método ou dispositivo (aparelho) que tenha por finalidade extrair informações de uma determinada realidade, fenômeno ou sujeito de pesquisas. [...] Evidentemente que, nas ciências humanas, os três tipos de instrumentos, entre outros, mais comuns são as entrevistas, os questionários e a observação dos fenômenos (APPOLINÁRIO, 2012, p.137).

Como mencionado anteriormente, a observação não participante, técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa *in loco*, é uma ferramenta de caráter qualitativo que representa o investigador que assume o papel de observador exterior, não tomando qualquer iniciativa no evoluir das situações que observa. Seu objetivo é estudar o ambiente natural e o comportamento das pessoas de forma espontânea, ou seja, envolvidas no cenário em que se desenvolve a pesquisa (DENKER, 2007).

Em relação à entrevista, esta é um instrumento de pesquisa que consiste no diálogo/conversação entre duas pessoas em que há reciprocidades de informações (APPOLINÁRIO, 2012). A entrevista constitui, assim, uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados sobre o objeto que se deseja estudar.

Nesta pesquisa, a entrevista realizada foi direcionada especificamente a gestora e proprietária do meio de hospedagem. Ou seja, a amostra constituiu-se em não probabilística e intencional, pois foi escolhido o caso para a amostra que representa o bom julgamento da população/universo” (Silva e Meneses, 2001, p.32).

Asti Vera (1973) corrobora com as opiniões acima, analisando a entrevista como oportunidade de observar o sujeito em ação, e na medida em que oferece

maior flexibilidade e melhor compreensão pelo fato de se poder registrar o que o informante relata e a forma que o faz.

Por fim, valendo-se de Mayring, citado por Gunther (2006), a última técnica adotada foi à pesquisa bibliográfica, onde a ideia da leitura é concebida como instrumento essencial para a estratégia complementar e fundamental da pesquisa qualitativa. Deste modo, à realização da pesquisa bibliográfica pautou-se acerca de temas correlatos com o estudo da pesquisa, onde o intuito é reforçar a importância de se avaliar o aspecto da responsabilidade sociocultural no setor hoteleiro da região sul Fluminense do estado do RJ.

No que tange os procedimentos adotados para a execução da pesquisa, têm-se os seguintes: a observância dos critérios adotados nos processos de certificação de atividades turísticas e hoteleiras tais como: *Biosphere Responsible Tourism* (2013), em sua parte 2, denominada *Conservación y Mejora del Patrimonio Cultural, Certificación Sostenible de Turismo*, item 27. *Desarrollo Social y Cultural*; da norma ABNT NBR 15401, Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade, em seu item de atendimento aos requisitos socioculturais para o turismo sustentável e da adoção do Guia Cultural do Vale do Café Fluminense, editado e publicado pelo INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em parceria com o Ministério da Cultura (2013). Em particular este último é utilizado como norteador da delimitação da área estudada.

Dentro deste, que é dividido em 4 áreas, totalizando 16 municípios, optou-se, na pesquisa, pela realização da mesma na área 3, em particular no município de Miguel Pereira, RJ.

A escolha por esta opção deu-se pela mesma apresentar características peculiares em relação à cultura cafeeira do século XIX e as sedes de fazendas remanescentes utilizadas atualmente como meios de hospedagem, em particular a Fazenda Santa Cecília, objeto de estudo desta pesquisa realizada na região do Vale do Café Fluminense, estado do RJ.

Assim, dado o estudo dos métodos e procedimentos adotados para esta pesquisa, posteriormente, têm-se o referencial teórico da mesma.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Turismo e legado cultural

Definir ou conceituar a palavra turismo não é tão fácil quanto pode parecer. Ao longo do tempo, o próprio conceito de turismo se eivou de dubiedades, ambiguidades. Contudo, entre uma infinidade de conceituações, um dos poucos consensos existentes se direciona em torno da reiterada definição da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1954). Para esta, o turismo representa:

O deslocamento voluntário e temporário fora de sua residência habitual (superior a 24 horas, com pelo menos um pernoite e um período máximo de noventa dias), por uma razão diferente que a de exercer uma atividade remunerada. Ou seja, movido por razões distintas de atividades de negócios ou profissionais.

O sentido que a Organização Mundial do Turismo dá à atividade atualmente é de “um fenômeno social, cultural e econômico, relacionado ao deslocamento de pessoas a lugares que não o de sua residência usual, tendo o prazer como a principal motivação” (ONU, 2008).

Em estudos brasileiros sobre o tema, outra definição, bastante próxima e também baseada na noção fornecida pela OMT, é a do “deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24 horas com a finalidade de retorno” (OMT, apud FUNARI e PINSKY, 2003, p. 7).

Corroborando com tal definição, Leal (2010) ressalta que as implicações desse deslocamento também resultam em questões sociais, culturais e econômicas, as quais parecem mais explícitas na definição abaixo:

(...) turismo nada mais é que um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, cultural e econômica. (PADILLA, 1992, p.21).

Até então, percebe-se que nos primórdios do século XX, grandes autores da literatura mundial enfatizam o turismo, sobretudo, no viés do deslocamento, do lugar de hospedagem, da temporalidade da estada, dos motivos espirituais ou intelectuais, vinculados ao corpo ou profissão, repouso, cura, saúde; da satisfação de necessidades vitais e de cultura ou para realização de desejos de

distintas índoles, unicamente como consumidores de bens econômicos ou culturais; dos motivos não profissionais e os naturais do lugar, dentre outros (SIQUEIRA, 2005).

Em complemento a definição de Siqueira, Andrade (1998, p.14) insere um importante elemento: os atores que atuam na importante função de prestação de serviços, pois, para ele “o turismo se define como um conjunto de serviços que teria como objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, além dos serviços de recepção, de hospedagem e de atendimento, seja este individual ou grupal”.

Em outras palavras, pode-se dizer que o turismo era vislumbrado como uma associação das variáveis de natureza espacial, temporal e psicológica. Espacial no sentido de que se desenvolve mediante as formas de acesso como atrativos e equipamentos. Temporal por requerer do turista disponibilidade de tempo para realizar uma viagem e psicológica por envolver o desejo do turista que irá determinar fundamentalmente o local assim como a permanência no destino escolhido (BRITO, 2002).

Conforme relata Beni (2002), na sociedade pós-industrial a qual estamos atrelados, o fenômeno do turismo é percebido como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse quadro intervêm numerosos fatores de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica, científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transportes e alojamentos a serem utilizados, bem como o objetivo do deslocamento em si para o desenrolar tanto material como subjetivo dos conteúdos de sonhos, desejos, imaginação projetiva, enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional e até mesmo de expansão de negócios.

Quanto ao desenvolvimento da atividade nos dias de hoje, o organismo que tem gestado o turismo como sua principal preocupação é a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas – OMT (*World Tourism Organization–WTO*) – que se destina à promoção e desenvolvimento do turismo com vista a contribuir para o desenvolvimento econômico, para a compreensão, paz e prosperidade internacionais, para o respeito universal e cuidado pelos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (WTO, 2009).

No que se refere à segmentação do mercado turístico, segundo Barrettos (2003), a turismologia ou teorologia, estudos sobre o turismo que tem seus precursores na Europa há mais de 30 anos, para citar os mais conhecidos, (Luiz Fernández, Brasil; Fuster, Espanha e Arnaldo Sessa, Itália). As tipologias turísticas contam com pelo menos cem diferentes tipos de turismo, que podem ser agrupados de acordo com 15 critérios distintos, adotados na sua classificação.

Dentre estes, o turismo, analisado segundo critério da motivação, aparece com uma quase infinita variedade de possibilidades, que podem ser postos em dois grandes grupos: o turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais, ou seja, o turismo cultural (BARRETTOS, 2003).

No que tange a este último, entende-se por cultura, de acordo com a definição de Santos (1987, p. 21):

quando falamos em cultura estamos nos referindo mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. A cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio, da vida social.

Atrelado a isso, para o Ministério do Turismo (2011), turismo cultural é toda atividade turística associada com a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico cultural e dos eventos culturais que valorizam e promovem a preservação dos bens materiais e imateriais da cultura desses espaços. Ou seja, o turismo cultural é todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana, sendo este tanto abstrato quanto concreto (RICHARDS, 2011).

Para Catolino et al. (2008, p.5) ainda o “turismo cultural é um fenômeno social, que permite trocas culturais e necessita do homem, do espaço e do tempo para que exista e seja realizado”.

Em outras palavras, o turismo cultural, ou seja, o turismo com base no legado cultural é um fenômeno que propicia a continuidade dos povos do passado com a sociedade construída atualmente. Mais que isso, poder-se-ia dizer que a continuidade e a contiguidade com o passado, propiciados pelo turismo com base no legado cultural, dão certezas e permitem traçar uma linha no qual nosso presente se encaixe para que tenhamos uma identidade no mundo em que vivemos hoje (BARRETTOS, 2003).

No que concerne ao seu planejamento, Pearce (1991) afirma que o turismo cultural é aquele que deve obedecer a três pontos básicos: preservação original do bem (fachada - principalmente nos casos de imóveis), adoção de políticas de administração do bem e restrição ao número de visitantes.

Particularmente, quanto à manutenção/preservação do patrimônio histórico, assunto a ser tratado no próximo capítulo, este faz parte de um processo maior, que é a conservação e a recuperação da identidade a qual os povos têm procurado manter ao longo do tempo.

Entende-se por conceito de identidade, o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, quer dizer, aquela em que os membros não se conhecem, mas partilham relevantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição (BARRETTO, 2003).

No que se refere à identidade, para Le Goff (1990, p.476) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Daí a relevância do turismo cultural como forma de transcender e compartilhar conhecimento.

Em síntese, o turismo cultural que tem como principal atrativo o legado cultural, é aquele que transcende uma identidade, um sentimento de pertença, seja em nível internacional, nacional, regional ou local (BARRETTO, 2003). Este conjunto de elementos, desde que planejados e geridos, podem constituir-se em um importante legado, que é o patrimônio cultural de uma comunidade, região ou país, dependendo de sua relevância.

2.2. Patrimônio cultural

Conforme salienta a Constituição Federal de 1988, instituída pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, patrimônio é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Numa visão ampla, patrimônio mundial ou da humanidade é um local de relevância cultural ou física para o mundo. Por sua vez o patrimônio cultural é o legado fundamental desses espaços que evidencia a relevância da memória,

identidade e criatividade dos povos e a riqueza das culturas de modo universal (UNESCO, 2014)

Na raiz, a palavra patrimônio tem origem jurídica e está associada à ideia de herança, propriedade transmitida aos herdeiros, legado que é perpassado de geração para geração.

Em uma perspectiva histórica do termo, Teixeira (2010, p.2) acrescenta que, “a utilização da palavra, resulta de uma série de transformações históricas que marcaram o processo de modernização ocidental intensificado no final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX”.

A noção de patrimônio cultural, assim, remete a duas origens distintas, mas convergentes, na atribuição de valor a certos objetos eleitos como representantes da coletividade. A primeira vem do surgimento da categoria de monumento histórico enquanto a segunda da prática do colecionismo. Ainda de acordo com Teixeira (2010, p. 3), a primeira “tem uma origem e uma localização mais restrita” que a segunda. Seu surgimento vigorou no Ocidente, mais ou menos na época da Revolução Francesa, século XVIII, em grande parte em função do vandalismo dos revolucionários que ameaçavam a destruição de edifícios históricos na França.

Já o colecionismo, segunda origem da ideia de patrimônio cultural, passa a constituir os museus e as bibliotecas, com seus ricos acervos, transformando-os em depositários da herança dos povos.

Nos dizeres de Teixeira (2010) as práticas de colecionismo estão presentes também em todas as sociedades e se relacionam com bens que, por algum motivo, perderam seu valor de uso, mas mantêm algum significado de importância histórico cultural.

Com o passar dos anos, a união das palavras patrimônio e cultura, concebidas hoje como patrimônio cultural, implicam, sobretudo, na complexidade em reconhecer a cultura¹ como um bem valioso a ser transmitido às gerações vindouras (TEIXEIRA, 2010).

¹Como explícito na primeira parte deste capítulo 2, entende-se aqui também por cultura, o conjunto complexo dos códigos e padrões, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais, etc (AURÉLIO, 2009)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu decreto lei nº 1937, patrimônio cultural dessa forma são bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Na mesma linha, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, patrimônio cultural pode ser expresso por meio do seguinte conceito:

(...) formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, 2014. S.p.).

Neste sentido, pode-se inferir que patrimônio cultural nada mais é do que o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que contam a história de um determinado grupo através de seus costumes, religião, divindades, festejos, mitos, músicas e danças (UNESCO, 2012).

Em particular no Brasil, cabe ao Iphan (2014, s.p) “proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”. E entre tais formas de preservação do patrimônio estão: o registro, o inventário e o tombamento.

Moraes (2010) ressalta que, de acordo com a Convenção instituída pela UNESCO, em 1972, para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural, com a pretensão de entrançar diretrizes para a conservação e proteção do patrimônio, em seu artigo 1º, o bem considerado patrimônio cultural pode ser dividido em três grandes grupos: monumentos, conjuntos e locais de interesses.

No Brasil, Moraes (2010) relata que é possível encontrar, nas três esferas, um amplo acervo de bens que são considerados patrimônios cultural da humanidade segundo uma listagem oficial divulgada pela UNESCO em 2012.

Com relação à categoria de monumentos considerados patrimônios culturais, estes são englobados nas obras arquitetônicas, de esculturas ou de pinturas monumentais, elementos de estruturas que se caracterizam por vestígios arqueológicos, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor

universal excepcional, do ponto de vista da história da arte e da ciência. (MORAES, 2010).

Já o patrimônio cultural denominado local de interesse é aquele representado e visualizado através das obras dos homens ou das obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Por fim os patrimônios culturais conhecidos como conjuntos, por sua vez, são os caracterizados por grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, configura valor histórico em caráter universal (MORAES, 2010).

A esse tocante no que concerne o patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas, este é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza e conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

Para o Iphan (2014, s.p.):

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Além deste, no que concerne os bens considerados patrimônio imaterial, estão aqueles transmitidos de geração a geração, sendo constantemente recriados pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, criando um sentimento de pertença, identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2014).

Conforme relatado:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (IPHAN, 2004, s.p).

Em outra definição sobre o patrimônio cultural, emitido pela Convenção da Unesco (2012, s.p) para a Salvaguarda² do Patrimônio Cultural Imaterial, o mesmo é conceituado como "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos [...] reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."

Neste tocante é que o Vale do Café Fluminense, RJ, região que vivenciou o auge cafeeiro em meados do século XIX, na qual se insere o município de Miguel Pereira, apresenta importantes bens culturais, com suas imponentes construções históricas, sobretudo bens de natureza imóveis, de inestimável valor histórico cultural para a humanidade. Alguns destes patrimônios foram erguidos nas imponentes fazendas da cidade e que hoje são utilizadas como meios de hospedagem diferenciados, principalmente pelo valor histórico e cultural que estes agregaram ao longo do tempo.

2.3. Meios de hospedagens históricos

Como mencionado anteriormente, conceitos estão em constante modificação e modernização. Os conceitos referentes aos meios de hospedagem não fogem à regra. Mesmo assim, de um modo amplo e básico, entende-se por meio de hospedagem como sendo aqueles “[...] estabelecimentos comerciais que apresentem estrutura e satisfaçam algumas condições específicas e básicas para receber hóspedes” (CANDIDO e VIEIRA, p.50).

Em contexto similar, mas complementar, Castelli assevera que “Uma empresa hoteleira pode ser entendida como sendo uma organização que, mediante o pagamento de diárias, oferece alojamento à clientela indiscriminada (2003, p.56).

² Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.

Levando-se em conta que os clientes (ou hóspedes) pagam pela prestação de serviços específicos, é de suma importância que estes sejam oferecidos de forma a satisfazê-los:

Toda empresa do setor de serviço, principalmente um hotel, deve propiciar a seus hóspedes e clientes ambientes agradáveis, saudáveis e funcionais. Nesse contexto, é importante que todo o espaço que abriga o hotel, ou seja, às áreas física do estabelecimento, visando além de oferecer o conforto do ambiente, a reforçar também a disposição na memória do hóspede (CRISÓSTOMO, 2004, p.119).

Pode-se observar que os meios devem ter conhecimento e ciência no que se refere às suas responsabilidades perante seus hóspedes, zelando para que os serviços prestados pelos mesmos satisfaçam-nos, garantindo, com isso, não apenas a sua permanência no mercado, mas a rentabilidade que é gerada pela venda dos produtos e serviços oferecidos pelo meio de hospedagem.

Em um hotel, a grande preocupação dos responsáveis deve ser manter o nível e a qualidade dos serviços prestados. Não se pode, porém, ignorar que como todos os empreendimentos comerciais ou industriais um hotel é estruturado em função de sua rentabilidade (MARQUES, 2003, p. 28).

Para operacionalizar os serviços relativos as diárias pagas pelos hóspedes, os meios de hospedagem devem garantir, segundo o mesmo autor, alguns serviços mínimos, descritos a seguir:

- Recepção / portaria para atendimento e controle permanentes de entrada e saídas;
- Guarda de bagagem e objetos de uso pessoal dos hóspedes em locais seguros e apropriados;
- Conservação, arrumação e limpeza das instalações e dos equipamentos. (CASTELLI, 2003, p.57)

Entretanto, diferentemente de outros tipos de produtos, os serviços turísticos e, conseqüentemente, os hoteleiros detêm algumas especificidades quanto a sua validade. Crisóstomo (2004, p.118) alerta para este fato:

No setor de serviços ligado ao turismo e hotelaria, a perecibilidade caracteriza determinados serviços que não podem ser armazenados. Aqueles tidos como perecíveis obrigam os fornecedores a procurar maximizar seu rendimento, a controlar a capacidade de prestar serviços e exigí-la, pois este tempo não poderá ser utilizado em momento posterior.

Deste modo, nem todo meio de hospedagem consegue perceber a interligação existente da relação de seus hóspedes com a rentabilidade do mesmo, ou seja, para a geração de renda. Para tanto, independente do tamanho, da tipologia, do número de pontos de vendas existentes no meio de hospedagem, um elemento será primordial para o seu sucesso, que está

atrelado à qualidade dos serviços prestados pelos colaboradores (ou funcionários) da empresa: a hospitalidade.

Seja qual for o tipo ou tamanho do hotel, bem como sua localização, todos têm para venda o mesmo produto: hospitalidade. Hospitalidade é a recepção cordial, calorosa e franca aos estranhos que nos procuram. Ela orientará todos os esforços do gerente de hotel. Este venderá um produto tanto mais deteriorado quanto menos calor humano, franqueza e cordialidade existirem nas relações com os clientes (MARQUES, 2003, p.28).

Levando-se em conta uma perspectiva histórica, na antiguidade, os primeiros vestígios de hospedagem estavam atrelados ao comércio de viajantes. Com o deslocamento das famílias reais, sábios, músicos, artistas e comerciantes de um modo geral, ausentavam-se de suas casas com o propósito de comercializar seus produtos e serviços em outras localidades, o que, por conseguinte, fazia-os clamar por hospedagem (BARLERA; GARCIA, 2014).

Os viajantes da época eram divididos em duas classes sociais diferentes: nobreza e peregrinos, sendo que os últimos eram atendidos precariamente em albergues, estalagens ou em igrejas e mosteiros. Já os primeiros hospedavam-se em castelos e palácios luxuosos, usufruindo de inúmeras mordomias.

Posterior a isso, com a evolução dos meios de hospedagem, as estalagens coloniais e inglesas passaram existir.

A diferença significativa entre elas é que as estalagens coloniais ofereciam quartos a qualquer um que pudesse pagar por eles, ao passo que as hospedarias inglesas eram mais frequentemente reservadas para a aristocracia. Outra diferença entre ambas é que as hospedarias inglesas alugavam quartos individuais, enquanto as estalagens coloniais geralmente ofereciam grandes aposentos com várias camas disponíveis (ISMAIL, 2004. p.16).

Dessa forma, com um desenvolvimento gradual das cidades, o número de hospedarias precisou ascender e assim, “com a evolução da hospedagem, novas instalações começaram a se apresentar como opções aos viajantes” (ISMAIL, 2004, p.16).

A partir de então, as novas hospedarias passaram a prestar também alguns tipos de serviços rudimentares, tornando-se possível consumir refeições, vinhos, banhos de cachoeiras, alimentação para os equinos e manutenção de charretes ou de algum outro meio de veículo (BARLERA; GARCIA, 2014).

Com o advento da Revolução Industrial e do Capitalismo, os serviços de hospedagem passaram a ser comercializados, e, por conseguinte, cobrados

financeiramente. Entretanto, foi somente nos primórdios do século XIX que os serviços destinados a hospedagem passaram a ter algum tipo de qualificação, com funcionários específicos para cada atividade (recepcionistas, mensageiros, arrumadeiras) e maior privacidade e conforto nas acomodações (BARLERA; GARCIA, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, as viagens não assumiam mais o caráter meramente comercial, pois se entrelaçava também ao lazer. Feito propiciado, sobretudo, pelo desenvolvimento contínuo dos meios de transportes, das estradas, ferrovias e da ampliação do poder aquisitivo das populações.

Nesse tocante, segundo Ismail (2004, p.17):

As primeiras instalações para hospedagem que podem ser efetivamente consideradas como precursoras do hotel moderno foram construídas em Nova York, em 1794. Esse foi um marco importante na evolução da hospedagem porque o único propósito daquele estabelecimento era acomodar hóspedes. Todas as hospedarias e estalagens anteriores tinham sido primeiro.

Atrelado a isso, de acordo com os escritos e a história que se tem sobre os meios de hospedagem:

O primeiro hotel verdadeiramente planejado foi o Hotel Ritz, em Paris, no ano de 1870 construído pelo suíço César Ritz. A principal inovação desse hotel foi a existência de banheiros privativos nos apartamentos, mas ocorreu ainda a uniformização de empregados e outras melhorias (BARLERA; GARCIA, 2014. S.p.).

No Brasil, em particular nos anos de 1808, com a vinda da família real ao país, mais especificamente no Rio de Janeiro, houve um grande momento de abertura política em que cidadãos de outras nações poderiam vir ao país para ocupar cargos diplomáticos, científicos e econômicos. Daí, frente à grande procura por hospedagem, visualizava-se, cada vez mais, a insuficiência hoteleira a época (BARLERA; GARCIA, 2014).

Perante tal quadro, empreendedores de outras regiões notaram que o setor de hotéis poderia ser um bom negócio para capitalização, e então começaram a construir novos meios de hospedagem por todo o Brasil, em especial nas grandes capitais, áreas paisagísticas e em estâncias minerais. Desde então, descobriu-se o potencial turístico e hoteleiro do país, sendo este hoje uma das atividades econômicas mais significativas e em expansão da nação brasileira (BARLERA; GARCIA, 2014).

Atrelado a isso, com a finalidade de fomentar o setor no país, órgãos criados exclusivamente para estabelecer conceitos, definições, regras e tipologias quanto à hospedagem brasileira. Entre eles, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass - 2011) – “construído por meio de uma ampla parceria entre o Ministério do Turismo, Inmetro, Sociedade Brasileira de Metrologia e sociedade civil [...] para possibilitar a concorrência justa entre os meios de hospedagem do país e auxiliar os turistas”, é um exemplo.

A partir de então, devido à criação de um órgão oficial para fins de conceituação empregados atualmente, entende-se por meio de hospedagem:

Os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominado de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança diária (CADASTUR, 2011. p.8).

Quanto a tipologia a Portaria nº 100 (16/7/2011) que institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), em seu Art. 7º, relata que são considerados meios de hospedagem: Hotel; Resort; Hotel Fazenda; Cama e Café; Pousada e Flat / Apart-Hotel e Hotel Histórico.

No que concerne o hotel, sua definição dar-se-á como estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária (CADASTUR, 2011)

No tocante a resort, este é concebido como “hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento” (CADASTUR, 2011).

Por sua vez Hotel fazenda vem a ser meio de hospedagem “localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo” (CADASTUR, 2011).

Já Cama e Café é um tipo de hospedagem em “residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida” (CADASTUR, 2011).

A pousada é um empreendimento de característica horizontal, onde possui no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs (CADASTUR, 2011).

Quanto ao Flat / Apart – Hotel a definição é de um empreendimento “constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação” (CADASTUR, 2011).

Por último, o hotel histórico é definido como um “meio de hospedagem instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida” (CADASTUR, 2011). Como fatos histórico-culturais entendem-se aqueles tidos como importantes pela memória popular, independentemente de quando ocorreram, podendo o reconhecimento ser formal por parte do Estado brasileiro, ou informal, com base no conhecimento popular ou em estudos acadêmicos.

Referente a esses meios de hospedagem, no que se refere o artigo 23 da lei nº 11.771/2008, fica instituído que considerando que cada tipo de meio de hospedagem reflete diferentes práticas de mercado e expectativas distintas dos turistas, cada meio de hospedagem é distinto um do outro quanto aos quesitos de infraestrutura, serviços e sustentabilidade. (CADASTUR, 2011).

No que concerne a categorização desses meios de hospedagem, o Sistema Brasileiro de Classificação (SBClass, 2011), expõe que, de acordo com a nova tipologia, para um cada empreendimento é possível atribuir um mínimo de 1 e um máximo de 5 estrelas. Ao hotel, hotel fazenda e pousadas, podem ser conferidas de 1 a 5 estrelas; ao resort de 4 a 5 estrelas; ao cama e café de 1 a 4 estrelas; e ao Flat / Apart – Hotel e hotel histórico de 3 a 5 estrelas.

Segundo o mesmo para cada estrela são necessários um número mínimo de requisitos atendidos quanto a infraestrutura, serviços e sustentabilidade.

Neste último, no que se referem os requisitos socioculturais para o turismo sustentável, sua adoção é relevante ao considerar que segundo Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 15401 (2006, p.15):

As operações e práticas do empreendimento devem contribuir para reconhecer, promover e respeitar o patrimônio cultural das regiões e as tradições e valores culturais não predatórios, e contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e comunidades envolvidas na cadeia produtiva.

Neste sentido, em particular, ao hotel histórico e/ou meios de hospedagem com propriedades históricas culturais de valor reconhecido para a história nação, segue explícitas as temáticas no tangente a sustentabilidade sociocultural para o turismo sustentável segundo a *Biosphere Responsible Tourism* (2013) e a ABNT NBR 15401 (2006).

São elas, comunidades locais; trabalho e renda; trabalhadores das comunidades locais ou regionais; estímulo às atividades complementares às operações do empreendimento; condições de trabalho; aspectos culturais e populações tradicionais.

Referente às comunidades locais, o empreendimento deve se engajar em ações ou iniciativas voluntárias desencadeadas por organizações comunitárias, governamentais ou não governamentais, que tenham o objetivo de contribuir com o desenvolvimento das comunidades locais. Além disso, cabe a direção do empreendimento participar e encorajar o envolvimento dos seus trabalhadores em atividades comunitárias.

Da mesma forma, deve também se envolver na vida associativa local e manter um registro das interações com a comunidade local, inclusive de reclamações e sugestões. É preciso também que o empreendimento estabeleça e mantenha um procedimento para avaliar o grau de satisfação e reclamações da comunidade local com as atividades a ela relacionadas, assim como implementar procedimento para avaliação da eficácia da sua ação sociocultural dentre outras (ABNT NBR 15401, 2006).

Quanto ao trabalho e renda, o empreendimento precisa se comprometer com o aproveitamento das pessoas e da produção do local, incentivando o associativismo, a qualidade e a sustentabilidade. É necessário que o empreendimento empregue, na maior extensão viável, trabalhadores das comunidades locais ou regionais. Segundo a ABNT NBR 15401 (2006, p.16) “Pelo menos 50% da força de trabalho envolvida com as operações do empreendimento devem ser provenientes das comunidades locais”.

Para, além disso, “o empreendimento deve promover ações de capacitação profissional, de modo que as pessoas das comunidades locais ou regionais possam obter trabalho diretamente das cadeias produtivas regionais” (ABNT NBR 15401, 2006. p.16).

Do mesmo modo, é preciso também que o empreendimento estimule a capacitação dos indivíduos das comunidades locais para a prestação de serviços e fornecimento de insumos ou atividades complementares às do empreendimento. Este, deve ainda estimular e promover o uso desses serviços e produtos por parte dos clientes propiciando o desenvolvimento de novos negócios nas comunidades locais etc. (*BIOSPHERE RESPONSABLE TOURISM*, 2013).

No que tange às condições de trabalho, segundo a ABNT NBR 15401 (2006), o meio de hospedagem precisa assegurar que os salários pagos a seus colaboradores atendem no mínimo aos pisos da categoria, usando referências sindicais regionais. Nesse quesito podem e devem proporcionar condições mínimas de higiene, segurança e conforto, implementando ações para promover a equidade étnica, social e de gênero e coibir o trabalho infantil.

Quanto aos aspetos puramente culturais do empreendimento, este deve, sobretudo promover a divulgação da cultura local entre seus clientes. De forma planejada, deve também estimular atividades e manifestações culturais das comunidades locais e a sua divulgação junto aos clientes (ABNT NBR 15401, 2006).

No mais, é necessário que o meio de hospedagem procure apoiar iniciativas voltadas para o conhecimento, a valorização, a preservação e a promoção da cultura local; planeje e implemente medidas para prevenir os impactos negativos das suas operações nas comunidades locais e forneça aos clientes orientações e informações para incentivar o conhecimento e para promover atitudes e comportamento de respeito à cultura local (*BIOSPHERE RESPONSABLE TOURISM*, 2013).

Por fim, no que concernem os requisitos referentes às populações tradicionais o estabelecimento hoteleiro deve planejar e programar medidas para assegurar o respeito aos hábitos, direitos e tradições das populações tradicionais, amparadas por pesquisas científicas ou técnicos da área. Essas medidas devem, entre outras (ABNT NBR 15401, 2006).

- informar os clientes sobre as peculiaridades para relacionar-se com as populações tradicionais;

- recompensar as populações tradicionais pelos benefícios que auferem pelo uso de recursos, tradições ou conhecimento das populações tradicionais;

- apoiar as ações para melhoria das condições de vida das populações tradicionais, segundo as prioridades definidas por elas;

- acordar o uso pelas populações tradicionais de recursos que tenha sob seu controle, como direitos de passagem, acesso a sítios sagrados, uso extrativo de recursos naturais e outro;

- fomentar o respeito à cultura e à privacidade das populações tradicionais, evitando a violação da intimidade, a destruição de sítios arqueológicos ou históricos, o desrespeito a rituais e locais considerados sagrados ou pela imposição de festas e rituais fora do calendário tradicional e;

- apoiar a conservação, proteção e o resgate da cultura, tradições e sítios sagrados das populações tradicionais entre outros.

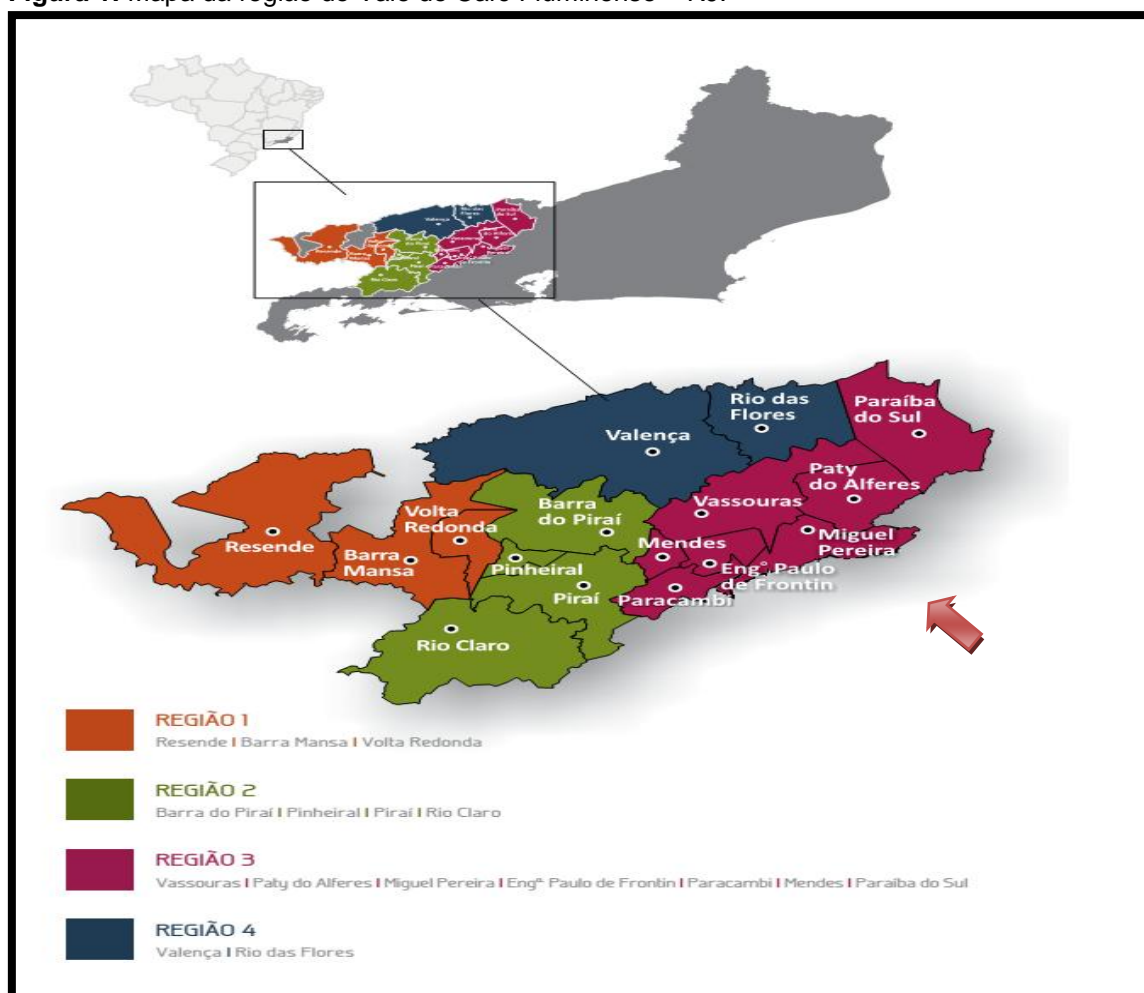
Enfim, visto tais requisitos, entende-se que ABNT NBR 15401(2006) e a *Biosphere Responsible Tourism* (2013) representa um parâmetro que inspira confiança, especialmente aos clientes que buscam um meio de hospedagem responsável socioculturalmente, no momento de efetuar a sua reserva, gerando, ainda, uma valorização do patrimônio histórico cultural mediante uma premissa muito importante: a sua utilização. Neste contexto, segue posteriormente o objeto de estudo pesquisado nesta pesquisa, a saber: Hotel Fazenda Santa Cecília – RJ.

3. OBJETO DE ESTUDO

3.1. O Vale do Café Fluminense, RJ.

A região do Vale do Café Fluminense, objeto de estudo desta pesquisa, atualmente é composta de 16 municípios, distribuídos em 4 grandes regiões: região 1 – Resende, Barra Mansa, Volta redonda; região 2 – Barra do Pirai, Pinheiral, Pirai, Rio Claro; região 3 – Vassouras, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Eng° Paulo de Frontin, Paracambi, Mendes, Paraíba do Sul; região 4 – Valença, Rio das Flores (GUIA CULTURAL DO VALE DO CAFÉ, 2013).

Figura 1: Mapa da região do Vale do Café Fluminense – RJ.



Fonte: www.guiadocafé.com.br

O Vale do Café Fluminense localiza-se, no centro-sul do Estado do Rio de Janeiro, no limite com Minas Gerais possuindo uma área total de 5.828 km² e uma população aproximada de 804.473 habitantes, sendo servida por uma

malha rodoviária que permite a sua ligação com os grandes centros do Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2013).

Quanto a sua extensão territorial o Vale do Café Fluminense pode ainda ser concebido da seguinte forma: de Piraí a Resende seguindo a Rodovia Presidente Dutra com suas cidades adjacentes; de Paraíba do Sul a Vassouras, subindo para Valença e Rio das Flores; no encontro dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no início da Bocaina e Serra da Mantiqueira; ou nas fraldas da Serra do Mar, partindo de Rio Claro, Lídice até Mangaratiba (GUIA CULTURAL DO VALE DO CAFÉ, 2013).

De acordo com Araújo (2009), como principal vocação turística, a região do Vale do Café Fluminense, possui o contexto histórico cultural, que guarda importantes construções remanescentes do ciclo cafeeiro do século XVIII e XIX, tais como casas de fazenda, prédios urbanos, estações de trens etc. Todos de grande valor artístico, histórico e cultural.

O Vale do Café Fluminense possui um patrimônio cultural e histórico de valor indiscutível. As construções – na maior parte antigas fazendas produtoras de café, os antigos casarões, a riquíssima história das fazendas, ligadas à história do Estado e do país constituem um atrativo de valor incalculável (BRASIL, 2006).

O órgão que gera o turismo na região é o Conselho de Turismo da Região do Vale do Café do Fluminense - CONCICLO³ -, que apresenta a região da seguinte forma:

A história de um lugar é a maior riqueza de um povo. É a certeza de viver numa região que se confunde com a própria história de um país. Uma história cheia de belezas, mistérios, arte e personagens marcantes, que com a força de seu trabalho e a sua coragem ajudaram a construir um dos mais belos patrimônios históricos do Brasil, num vale de exuberante vegetação, rios, cachoeiras, trilhas, grutas, minas (...) (CONCICLO, 2008, p.6)

O Estado do Rio de Janeiro apresenta nessa evidência, no que tange a região do Vale do Café Fluminense, grande variedade de climas, topografia, além, principalmente, de rica e importante variedade de aspectos históricos - culturais e geográficos que perpassam a história nacional (BRASIL, 2013).

³ O CONCICLO – Conselho Regional de Turismo do Vale do Café Fluminense – congrega fazendas do ciclo cafeeiro dos séculos XVIII e XIX, buscando com isso criar uma identidade turística que engloba os seguintes municípios: Barra do Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty doAlferes, Piraí, Rio das Flores, Valença e Vassouras.

O Vale do Ciclo do Café Fluminense – representado atualmente pelo CONVICLO, no passado se destacou como um dos centros econômico mais importante do país. Como berço do café nos Oitocentos, o Vale sustentou a riqueza nacional por algumas décadas no Império brasileiro. Naquele tempo, em ondas verdes pelo altiplano Fluminense, o café se alastrava formando vilas e cidades ao redor das fazendas. O café migrou para a terra fértil e roxa do planalto paulista, mas o Vale do Café Fluminense permanece ativo com suas histórias e tradições (ARAÚJO, 2009).

Dessa forma, a procura da conservação e manutenção de uma identidade territorial através da valorização do patrimônio é uma realidade presente em distintos locais e meios em que estes se encontram. Segundo Casasola (2004, p.31), patrimônios representam nesse contexto:

(...) todos aqueles elementos e manifestações tangíveis ou intangíveis produzidas pelas sociedades, resultado de um processo histórico no qual a reprodução de idéias e do material constitui um fator que identifica e diferencia. Em cada época, as sociedades resgatam o passado de maneira diferente, e selecionam desse passado certos bens e testemunhas que nessa época se identificam com o conceito que se têm do patrimônio cultural do presente e do passado.

Nesse contexto, na região do Vale do Café Fluminense, verifica-se que o passado exerce grande influência sobre os habitantes da região serrana Fluminense. As histórias das antigas fazendas de café – boa parte hoje, concebidas como meios de hospedagem -, dos escravos, dos barões, das riquezas e das tragédias que se abateram sobre aquela região estão presentes no casario colonial, no barroco de suas igrejas, nos descendentes de escravos, nos dormentes da antiga linha férrea e nos pés de café que encontramos em suas matas (BRASIL, 2006).

Tais formas de representação, assim, constituídas principalmente pelas sedes das fazendas, constituem, atualmente, o patrimônio cultural, artístico e histórico do Vale do Café Fluminense na região do Estado do RJ.

Estes símbolos do passado, rugosidades manifestadas no território, passam a serem vistos como patrimônios culturais a serem explorados pelo turismo, pois, cada momento histórico gerou um legado de patrimônio, e isto, na contemporaneidade é vislumbrado como produto turístico de grande valor e potencial econômico.

Dessa forma, o Vale do Café Fluminense, além de ser visualizado como um importante canal econômico com expressivo percentual no PIB brasileiro, já que é cortado pelo sinuoso rio Paraíba do Sul, também é visto como uma relevante potência em atrativos culturais, já que estes se localizam em toda sua área geográfica, associando o aspecto socioeconômico ao cultural, sobretudo difundidos pelos meios de hospedagem (GUIA CULTURAL DO VALÉ DO CAFÉ, 2013).

O patrimônio (arquitetônico, histórico, cultural, urbanístico, natural e territorial), nesse quadro, representa o verdadeiro testemunho do passado imponente das fazendas cafeeiras, passando a ser não somente um símbolo de memória coletiva, mas, no momento atual, também produto de consumo turístico.

Neste sentido, como menciona Bullón, (2004, p.86) “comercializar o passado como produto turístico nos dias de hoje, tem ensejado a reinvenção do território em que este se encontra inserido”, em especial para esta pesquisa, o município de Miguel Pereira no Vale do Café Fluminense, RJ.

3.2. Miguel Pereira, RJ.

Miguel Pereira é um município do Rio de Janeiro, situado na microrregião Centro - sul Fluminense do Estado. É uma localidade climática que está a 618m acima do nível do mar e possui área estimada em 287, 356 km² (WIKIPÉDIA, 2015).

Figura 2: Mapa de Miguel Pereira, RJ.



Fonte: www.wikipédia.com.br

Localizado no flanco mais interno da Serra do Tinguá – sendo considerado por excelência um dos melhores climas do mundo por ter sua temperatura média anual constante e chuvas bem distribuídas ao longo do ano - o município é bastante novo se comparado com os vizinhos e outros municípios brasileiros. Tem apenas 52 anos de emancipação político administrativa, no entanto, possui um prestígio sem igual no Estado do Rio.

No tocante a sua evolução histórica, a história do município:

(...) se ligava à de Vassouras e de Paty do Alferes, e à expansão da cultura cafeeira no vale fluminense do rio Paraíba do Sul. A ocupação da área de Miguel Pereira teve origem nas primeiras explorações que visavam transpor a Serra do Mar, depois com a abertura feita por Garcia Rodrigues Paes do Caminho Novo do Tinguá, entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais (WIKIPÉDIA, s.p. 2015).

Nos primórdios, Miguel Pereira incentivou a plantação de algumas pequenas lavouras que surgiram na região durante o século XVIII. Estas produziam açúcar ou, mais constantemente, gêneros alimentícios para serem consumidos no Rio de Janeiro (PMMP, 2015).

Mais tarde, em 1770 foi fundada, no bairro de Vera Cruz, a fazenda que se tornaria uma das importantes produtoras de café na região: Fazenda Piedade, posteriormente denominada Fazenda Santa Cecília (WIKIPÉDIA, 2015).

Nos dias de hoje, no que tange ao patrimônio histórico-cultural do município, Miguel Pereira possui importantes casas de fazendas que são utilizadas como hospedagem e mecanismo de propagação do turismo histórico cultural na região.

Tais casas de fazendas hoje trás consigo não somente a preocupação em preservar e ou (re) criar cenário de outrora (séculos XVIII, XIX), mas também, o desafio em analisar constantemente a responsabilidade sociocultural desses espaços concebidos como meios de hospedagem com relevante propriedade histórica cultural (FERRAZ, 2005).

Nesse contexto o atual Hotel Fazenda Santa Cecília enquanto objeto de estudo desta pesquisa, é uma.

3.3. Hotel Fazenda Santa Cecília – RJ.

Figura 3: Hotel Fazenda Santa Cecília, Miguel Pereira - RJ.



Fonte: Leandro de Araújo Dias, 2014.

O Hotel Fazenda Santa Cecília, é uma propriedade anterior ao ciclo do café no século XIX. Seu projeto de erguimento data a partir de 1770 em estilo colonial sendo a segunda sede da fazenda da Piedade. No auge do Ciclo do Café, por volta 1840, seu proprietário, o Barão de Paty de Alferes, herdeiro dos construtores, realizou uma reforma alternando seu estilo para neoclássico (TUTTOLOMONDO, 2009).

Segundo o Inepac (2008, p.349):

A primeira moradia da fazenda foi construída na margem direita do Ribeirão de Sant'Ana, aproximadamente em 1771, por Manoel de Azevedo Mattos, já viúvo, para onde se mudou com seus dois filhos, Ignácio (então com 29 anos e acompanhado de sua mulher Francisca), e Anna de Jesus.

Por sua vez, a segunda moradia, agora no outro lado da margem do Ribeirão Sant'Ana, ou seja, lado esquerdo, foi erguido na segunda metade do século XVIII por Manoel de Azevedo Mattos, onde passou a residir com filhos e netos. Essa propriedade é que passou a ser denominada de Fazenda da Piedade (INEPAC, 2008).

Anos depois, segundo relatos do Inepac (2008, p.349):

Em 1788, morreu Manoel de Azevedo Mattos, deixando como herdeiros Ignacio de Sousa Werneck, que herdou a Fazenda da Piedade, com as duas moradias, anos mais tarde registrada em mapas como Sesmaria do Padre Wernek; Manoel de Azevedo Ramos, que herdou a sesmaria do Sacco, contígua à sesmaria da Piedade; e Anna

de Jesus, que herdou a sesmaria de Monçores, que talvez ficasse à beira do caminho do Azevedo, aberto por seu pai.

No ano de 1822, morreu o Padre Wernek na Fazenda da Piedade que é conseqüentemente dividida, compondo a partir de então duas residências históricas. A primeira moradia, com terras, ficou para o filho caçula, José de Souza Wernek, que a vendeu ao vizinho, Francisco Peixoto de Lacerda Brum, que a anexou a sua fazenda, a vizinha de São José. Por sua vez a segunda propriedade, a Fazenda da Piedade, ficou para a filha, Ana Mathilde Werneck, casada com Francisco Peixoto de Lacerda.

Em 1848, morreu Francisco Peixoto de Lacerda, já viúvo. Herdeiro único, Francisco Peixoto de Lacerda Wernek (futuro Barão do Paty do Alferes), que comprou do primo, Francisco Peixoto de Lacerda Brum recompôs a Fazenda da Piedade do tempo de seu bisavô, Manoel de Azevedo Mattos (TUTTOLOMONDO, 2009).

Na perspectiva do Inepac (2008), tal propriedade era a fazenda base do Barão do Paty do Alferes, apesar deste morar na Fazenda de Monte Alegre.

Neste sentido, a partir de 1853, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, colocou o alpendre e iniciou a reforma no corpo central da casa sede, entre 1867 e 1870. Seu genro, o Visconde de Arcozelo, completou a reforma, criando a chamada terceira moradia, com corpo e alpendre em estilos neoclássicos.

Como retrata o Inepac (2008, p.349):

Até 1891, a Fazenda da Piedade (completa) ficou com a família Werneck. O último, Major Luiz Werneck Teixeira de Castro, filho do Visconde Arcozelo, a vendeu para o Coronel Joaquim Ribeiro de Avellar.

A partir da década de 1980, a então Fazenda da Piedade, também conhecida hoje como Fazenda Santa Cecília, passou a ser posse da família dos Aparecidos de Oliveira e funciona como meio de hospedagem. Há cerca de 3 anos, sua filha Maria Cecília Aparecido, assumiu os cuidados da fazenda abrindo-a para visitação. Há apenas dois anos, a propriedade integra e funciona na região do Vale do Café Fluminense como meio de hospedagem na categoria hotel fazenda com características históricas.

Conhecido como Hotel Fazenda Santa Cecília o empreendimento encontra-se localizado na estrada no Titipió, paralela à Rua da Piedade, daí sua denominação de também Fazenda da Piedade, que liga o município de Miguel

Pereira no Vale do Café Fluminense ao distrito de Vera Cruz, à margem direita do rio Santana (INEPAC, 2008).

No todo o empreendimento possui 23 unidades habitacionais sem muita distinção entre si, apenas diferenciando-se em *single* ou *double* e 18 colaboradores que atuam nas diversas atividades desempenhadas pelo estabelecimento. Sua administração é considerada familiar, conforme conceito de Ismail (2004, p.10):

Hotéis administrados pelos proprietários são empreendimentos de grande ou pequeno porte em que o proprietário contrata funcionários – que não são seus familiares – para auxiliar na operação da propriedade. A gerência geral permanece sob responsabilidade do proprietário, mas as rotinas operacionais podem estar sob responsabilidade de outras pessoas. Muitas dessas redes hoteleiras conhecidas atualmente começaram com uma única propriedade gerenciada pelo proprietário. A partir desse primeiro hotel, cresceram utilizando diferentes formas de administração. Portanto, os atuais hotéis administrados pelos proprietários não podem estar associado a uma rede, uma vez que é isso que caracteriza sua forma de gestão.

O acesso a propriedade dar-se-á sentido descida a Serra de Vera Cruz que desemboca num vale bastante arborizado e relativamente longínquo do centro de Miguel Pereira.

A partir deste, após aproximadamente 8 km descendo a Serra de Vera Cruz, à direita haverá uma ponte que cruza o pequeno Rio Santana, onde se inicia uma estrada de terra, com cerca de 1km, que culmina no interior do hotel fazenda (INEPAC, 2008).

De acordo com o inventário das fazendas do Vale do Café Fluminense, divulgado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac (2008, p.341):

o conjunto da fazenda é composto pela casa-sede, com sua fachada principal marcada por um corredor de palmeiras, havendo à sua frente um grande gramado, contando ao centro deste com uma piscina tamanho médio e um pequeno lago ornamental.

Atrelado no isso, no local, observou-se que ao fundo, encontra-se o terreiro do café, ambiente destinado a partir de 2013 como áreas de recreação infantil, têm-se ainda os detalhes das grandes lajes de pedra que formavam seu piso.

Figura 4: Imagem frontal do meio de hospedagem.



Fonte: Leandro de Araújo Dias

Em uma localização mais abaixo, indo ao encontro de uma escada em pedra, encontra-se as antigas sedes do engenho em meio aos bambuzais e mato da margem que tangencia o rio Santana. Num patamar à esquerda e mais acima, tem-se a vista do lago para o pavilhão central do conjunto da fazenda.

Como um destaque e importante marca da fazenda, ainda na área externa verde, entre a o conjunto principal da fazenda e o Rio Santana, está na pequena capela de Santa Cecília, em formato circular com desenhos em seu interior, projetada por um dos maiores gênios da arquitetura brasileira, Oscar Niemeyer, datado de 1986.

No que refere o acesso a propriedade, este é realizado pela parte detrás da fazenda ao adentrar por um pequeno pátio composto por grades em parte de seu muro ornamentado com azulejos em azul e branco. De frente para esse pátio, do outro lado da rua, há uma pequena casa de empregados e um anexo composto por estábulo e dormitórios de animais.

Figura 5: Entrada principal do Hotel Fazenda Santa Cecília.



Fonte: www.inepac.com.br

Em relação à estrutura física, no ano de 2014, o Hotel Fazenda Santa Cecília possui um conjunto de 3 bases retangulares em pavimento único, sendo uma central e os outros dois mais afastados nas laterais complementando e integrando o pavilhão como um todo.

Segundo relatos do Inepac (2008, p.344) “os últimos dois blocos foram reconstruídos em tijolo furado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Segundo a atual proprietária, não existem mais na fazenda paredes em pau-a-pique”.

Com relação à fachada principal da fazenda, esta é percebida por um alpendre em formato triangular, suspensa pela frente com duas colunas ou pilastras e apoiado, por trás, contra a parede do edifício, de estilo neoclássico. Originalmente, o conjunto de pilastras que sustentavam o alpendre era em número de quatro, dos quais dois foram retirados em 1931, quando a fazenda sofreu algumas modificações referentes à sua infraestrutura para abrigar um meio de hospedagem.

Figura 6: Fachada do Hotel Fazenda Santa Cecília.



Fonte: Leandro de Araújo Dias

Referente aos telhados, conforme menciona o Inepac (2008, p.344) “estes são de quatro águas com cimalha trabalhada, formando um conjunto harmonioso com os capitéis igualmente trabalhados nas pilastras dos cunhais”.

A fachada de trás do Hotel Fazenda é marcada por uma varanda ampla e retangular com seus vãos dispostos por arcos plenos. Esta entrada forma um jardim fechado por grades e um muro composto com azulejos nas cores azul e branco.

Figura 7: Varanda com vãos em arcos plenos.



Fonte: www.inepac.com.br

Quanto às divisões internas do conjunto da casa sede, estas sofreram algum tipo de readequação para abrigar um hotel que começou a ser moldado em meados do século XX.

De acordo com o visualizado durante a visita a fazenda, o bloco do lado esquerdo, passou a possuir, por exemplo, um prisma interno para melhor distribuir e proporcionar ventilação adequada nos quartos dos hóspedes, sem modificar, contudo, a originalidade do conjunto.

Segundo com o que pode ser visualizado no decorrer da vista *in loco* atrelado aos dados no que concerne o inventário da fazenda publicado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC (2008, p.344), observou-se ainda que:

sua fachada mantém corredores de oito janelas, com folhas em veneziana e bandeira em vidro e duas de guilhotina com suas esquadrias guarnecidas por vidros trabalhados e, ao centro, uma grande porta em madeira com almofadas trabalhadas. Esta parte central, por sinal, é marcada pelo pórtico acima citado, que sobressai ao alinhamento da casa.

Ao visar ainda ao adequamento ao hotel, no interior da propriedade, as salas, amplas e bem acabadas, precisaram ser subdivididas em quartos que, atualmente – ano de 2014, possuem banheiros individuais. Do mesmo modo, uma capela que se fazia presente, foi eliminada, assim como as alcovas existentes, resultando na formação de dois corredores transversais partindo da sala central da casa.

Ao focar em acomodação, visando um meio de hospedagem, o bloco lateral à direita e toda parte interna foi readaptada. Um prisma aberto em seu interior, por exemplo, foi necessário ser implantado para dá acesso às portas de entrada dos quartos de hóspedes/clientes.

Pelo lado de fora da casa sede, tal modificação é percebida através da implantação de pequenas janelas com vidro, instaladas para melhor ventilar e iluminar os banheiros de cada unidade habitacional. Para se chegar a este bloco, basta acessar o corredor transversal direito.

Figura 8: Visão externa das unidades habitacionais.



Fonte: www.inepac.com.br

No que concerne o bloco lateral esquerdo, neste funciona toda a parte de serviços do hotel fazenda Santa Cecília, estando localizada a cozinha, refeitórios e banheiros coletivos para os hóspedes. Como visto a cozinha assim como o banheiro possui acabamento em piso e azulejo branco de tipo antigo. Já o refeitório é em sua maioria trabalhado em madeira de estilo rústico e decorado com quadros dos séculos XIX e XX.

Para chegar a este bloco, basta percorrer o corredor com arcos plenos que fica localizado junto ao jardim com muro e grade. Segundo o historiador Silva Telles, esta galeria, assim como o gradeamento do pátio e a reconstrução destes dois blocos recuados na lateral, foram intervenções feitas após a guerra de 1914, quando a fazenda foi adquirida pelo industrial Cecil Davis.

Externamente, o acesso também pode ser feito pela lateral do bloco, através de quatro portas em madeiras voltadas para um modesto terraço composto de pedras.

Figura 9: Acesso externo, ao fundo terraço calçado em pedras.



Fonte: www.inepac.com.br

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

A partir do inegável valor que o patrimônio histórico e cultural assume para a humanidade, segundo visto no referencial teórico desta pesquisa, é impossível não o concebermos na sua complexidade como o legado fundamental que evidencia a relevância da memória, identidade e criatividade dos povos e a riqueza das culturas de modo universal (UNESCO, 2014).

Conforme salientou o Iphan (2014), patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que representa formas de expressão, modos de criar, fazer e viver de um determinado grupo através de seus costumes, religião, divindades, festejos, mitos, músicas, danças ou ainda de seus objetos, documentos, obras de artes e edificações.

A esse tocante, a região do Vale do Café Fluminense - RJ, localidade que guarda importantes construções remanescentes do ciclo cafeeiro do século XVIII e XIX, tais como antigos casarões e casas de fazendas que retratam hoje parte da história do Estado e do país constituindo um atrativo turístico de valor incalculável, especialmente no que concerne ao uso público por meios de hospedagem localizados em imóveis de importância histórica cultural, torna-se um objeto de estudo de extrema relevância principalmente quanto aos aspectos socioculturais locais.

Nesse contexto, mediante a observância dos princípios da *Biosphere Responsible Tourism* (2013), em sua parte 2, denominada *Conservación y Mejora del Patrimonio Cultural; Desarrollo Social y Cultural*, e da norma ABNT NBR 15401, Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade, em seu item de atendimento aos requisitos socioculturais para o turismo sustentável, foi avaliado nesta pesquisa o nível de responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília localizado no interior do estado no município de Miguel Pereira – RJ.

A saber, dentre as temáticas utilizadas na avaliação como obrigatoriedade dos aspectos socioculturais conforme exposto pelos órgãos acima supracitados, foram analisados as comunidades locais; o trabalho e renda; os trabalhadores das comunidades locais ou regionais; o estímulo às atividades complementares às operações do empreendimento; as condições de trabalho; os aspectos culturais e as populações tradicionais.

Para além destes, de acordo com o visto na bibliografia, Pearce (1991) coloca que é importante também avaliar outros pontos básicos em relação ao bem tido como património, são eles: a preservação original do bem (fachada - principalmente nos casos de imóveis) e a adoção de políticas de administração do bem. Neste sentido, segue primeiramente uma visão geral sobre a estrutura física atual da propriedade referente à visita *in loco* realizada e posteriormente os resultados das políticas de gestão sobre os aspectos socioculturais adotadas pelo Hotel Fazenda Santa Cecília, obtidos durante a entrevista com a proprietária, sra. Maria Cecílio Aparecido.

Em relação ao primeiro, ao caminhar pela área externa do atual Hotel Fazenda Santa Cecília, verificou-se que as partes das pedras que formavam o piso do antigo terreiro de café ainda existem na área onde foram implantados brinquedos para recreação infantil nos dias de hoje. Neste local, ainda há registros dos originais caminhos de drenagem da água até o engenho pertencente à propriedade.

Quanto à escadaria em pedra que desce e dá acesso às instalações mais baixas e às margens do Rio Santana, verificou-se que esta permanece inteira e do mesmo modo de quando foi construída ainda no século XIX.

Outros detalhes observados foram às paredes de vedação da casa-sede, ainda em tijolo furado, conforme implantação original, apresentando bom estado de conservação sem a presença de manchas de umidade ou trincas.

Em relação à cobertura da casa-sede do Hotel Fazenda Santa Cecília, todo o telhado passou por reformas, tendo suas peças sido tratadas e substituídas de acordo com a necessidade. Entretanto, de acordo com o visualizado e segundo a proprietária, Sra Maria Cecília Aparecido, as telhas em sua maioria ainda são todas originais datadas do século XIX e os forros são de tabuado corrido.

Figura 10: Telhado da Fazenda Santa Cecília.



Fonte: www.inepac.com.br

Com relação à fachada principal da fazenda de estilo neoclássico que é marcado por um frontão triangular, apoiado sobre dois pilares com capitéis trabalhados, que, originalmente, eram em número de quatro, percebeu-se que dois frontões (pilastras) foram retirados em 1931, quando o imóvel começou a passar por algumas modificações.

Figura 11: Fachada principal.

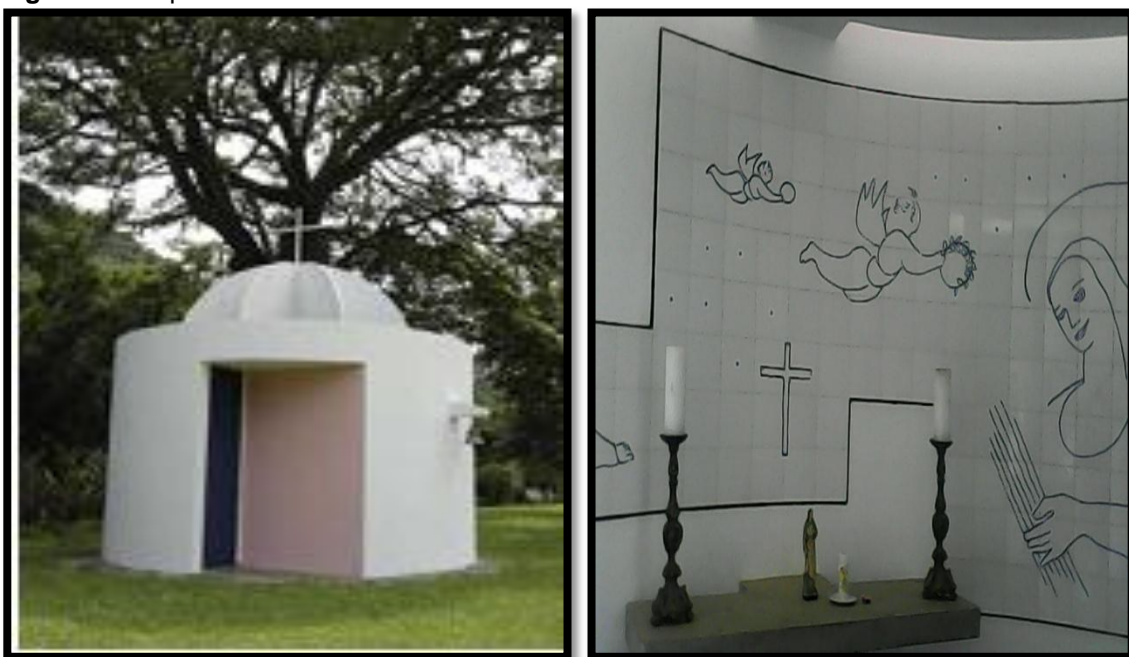


Fonte: Leandro de Araújo Dias.

Nesta mesma linha, com relação à parte interna do imóvel, foi possível perceber que no interior da propriedade, visando ao adequamento a um meio de hospedagem, as salas foram subdivididas em quartos, sendo adaptados banheiros individuais para possibilitar maior conforto aos hóspedes. Outra modificação realizada foi à eliminação de uma pequena capela - reconstruída posteriormente na parte externa da propriedade, assim como das alcovas existentes, resultando na formação de dois corredores transversais partindo da sala central da casa.

No que concerne a capela, que recebeu o nome de Santa Cecília, que hoje é vislumbrada como um marco característico recente da fazenda, esta se localiza entre a casa-sede e o Rio Santana, em formato circular e cujo projeto original foi idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, datado de 1986.

Figura 12: Capela Santa Cecília.



Fonte: Leandro de Araújo Dias.

Quanto ao mobiliário, verificou-se que grande parte do acervo remanescente são peças datadas desde a fundação da fazenda. Existem móveis, lustres, objetos e equipamentos muito antigos que retratam a história da fazenda e ficam expostos tanto a hóspedes quanto a visitantes.

Figura 13: Objetos antigos em exposição.



Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/fazenda-santa-cecilia>

Em síntese, quanto à propriedade em si, foi possível perceber que suas instalações e estruturas físicas são bem conservadas e preservam a originalidade de sua arquitetura datada do século XIX, com pequenas ressalvas. No mais, com móveis de épocas, pisos e janelas em madeira típica de casarões antigos, além de uma área externa imponente e objetos de valor incalculáveis espalhados por todo o meio de hospedagem, o Hotel Fazenda Santa Cecília procura preservar e manter viva a história e cultura a qual está inserido.

No que concerne à política de gestão do Hotel Fazenda Santa Cecília quanto aos aspectos socioculturais, segundo os requisitos da ABNT NBR 15401 (2006) e da *Biosphere Responsible Tourism* (2013), enumera-se as seguintes observações a respeito a estes quesitos:

No que tange as comunidades locais, segundo a proprietária, Sra. Maria Cecília Aparecido, é realizado mensalmente, ou sempre que possível ação de caráter social e/ou cultural com a finalidade de envolver a comunidade local com as atividades realizadas pelo meio de hospedagem. Desta forma, algumas das atividades desenvolvidas pelo meio de hospedagem, tais como trabalho com medicina alternativa, yoga, recebimento de grupos de pessoas, especialmente durante o carnaval, narração da história da fazenda e de seu entorno, entre outros, são sempre ações realizadas e desenvolvidas pelos próprios moradores

locais. Segundo ela, a ideia é que os próprios moradores locais se sintam parte integrante da fazenda participando assim desde o planejamento e organização das atividades até a sua execução.

Além disso, o Hotel Fazenda Santa Cecília realiza ações voltadas para a comunidade local, por meio do turismo pedagógico, principalmente no que concernem as escolas públicas do próprio município de Miguel Pereira, RJ. A propriedade também é aberta a visitação de crianças, jovens e adultos, o que também fortalece os laços de parceria e pertencimento entre o meio de hospedagem e a comunidade local.

Figura 14: Visita a fazenda.



Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/fazenda-santa-cecilia>

Outro ponto relevante a se destacar sobre as interações entre comunidade local / meio de hospedagem, é que a fazenda participa de programas socioambientais junto à comunidade, inclusive sobre educação ambiental.

No tocante a geração de trabalho e renda – envolvido nesse contexto os trabalhadores das comunidades locais ou regionais e o estímulo as atividade complementares as operações do empreendimento, de acordo com a proprietária, o empreendimento compromete-se com o aproveitamento das pessoas e da população local, incentivado o associativismo, a qualidade de vida e a sustentabilidade. Tais medidas puderam ser observadas no desenvolvimento de hortas orgânicas, ao lado da propriedade, e no reflorestamento de áreas não ocupadas ao longo da extensão da propriedade.

Figura 15: Placa indicativa de reflorestamento.



Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/fazenda-santa-cecilia>

Deste modo, segundo a proprietária, Sra. Maria Cecília, o Hotel Fazenda Santa Cecília, na medida do possível, sempre busca contribuir ativamente no que se refere a trabalho e renda para o desenvolvimento da comunidade local.

No tocante ao uso de mão de obra para trabalhar nas diversas atividades do meio de hospedagem, por exemplo, segundo a proprietária, esta é toda é local, retendo-se, assim, a um quadro de 100% de aproveitamento dos trabalhadores da própria comunidade no hotel fazenda. A isto, a Sra. Cecília acrescenta ainda que, sempre quando há vaga disponível e não há mão de obra qualificada local para sua ocupação, o próprio empreendimento treina e qualifica essas pessoas para ocuparem vagas ociosas. Para a Sra. Cecília, a prioridade do Hotel Fazenda no quesito referente à política de contratação de mão de obra, é de sempre optar pela contratação de moradores locais.

Sobre o estímulo às atividades complementares às operações do meio de hospedagem, a proprietária salienta que através de parcerias há divulgação do comércio local nas dependências do próprio hotel fazenda. Em épocas de eventos regionais, tais como o Café Cachaça & Chorinho e Cachaça Magnífica, por exemplo, na própria recepção do hotel são alocados *standers* e prateleiras com produtos alimentícios e artesanais locais para apreciação e possível compra por parte dos hóspedes ou visitantes.

São divulgados, dessa forma, tantos os produtos da agricultura familiar, quanto os artesanatos feitos por uma parcela da população local, na maioria

mulheres. Com isso, a ideia, segundo a Sra. Cecília, é justamente proporcionar incremento de renda na população local e ao mesmo tempo possibilitar maior relação entre hóspedes, moradores locais e o meio de hospedagem.

No que tange as condições de trabalho, verificou-se que todos os ambientes da propriedade possuem condições suficientes quanto à higiene, segurança e conforto para o desempenho das atividades diárias. O imóvel como um todo, apesar de antigo, é muito bem conservado e limpo, propiciando dessa forma condições adequadas de trabalho para os funcionários.

Em relação aos aspectos culturais do Hotel Fazenda Santa Cecília, como mencionado anteriormente, como meio de promover e divulgar a cultura local entre seus clientes e visitantes, o meio de hospedagem utiliza a narração da história local como instrumento para tal. Esta, por sua vez, é uma atividade organizada e desenvolvida inteiramente pelos moradores da comunidade local.

Quanto ao apoio às iniciativas para o conhecimento, a valorização, a preservação e a promoção da cultura local, o meio de hospedagem aposta em atividades como o turismo histórico cultural pedagógico. Além disso, no que tange as populações tradicionais, o Hotel Fazenda Santa Cecília capacita seus funcionários a transmitir recomendações aos hóspedes / visitantes sobre formas de reduzir impactos negativos sobre a cultura local.

Nesta perspectiva, sempre são perpassados aos hóspedes e/ou visitantes orientações quanto a sua forma de atuar frente aos bens históricos culturais de valor inestimável para toda a sociedade. (MARIA CECÍLIA APARECIDO, 2014). Para a Sra. Maria Cecília, conscientizar os hóspedes e/ou visitantes sobre os hábitos e costumes locais, para que a comunidade não sofra com o desenvolvimento do turismo local, são ações constantes e que requer muita delicadeza na sua execução.

No que diz respeito às novas formas de fomento de políticas de turismo histórico cultural a nível local, segundo a Sra. Maria Cecília Aparecido, membros da comunidade participam ativamente de reuniões no Hotel Fazenda Santa Cecília para discutirem a criação de novas atividades de cunho histórico cultural promovido pelo meio de hospedagem. Por fim, acrescenta-se que referente a esta questão, há também uma consulta a outros meios de hospedagem locais que integram o entorno da fazenda, como algumas pousadas, apesar destas não representarem prédios históricos, mas que valorizam e cultuam a cultura local.

Em síntese, a referida pesquisa, que tem por objetivo geral, avaliar a responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília, localizado no município de Miguel Pereira, região do Vale do Café Fluminense-RJ, constatou que o empreendimento, dentro de suas possibilidades, contribui de forma significativa para a preservação, valorização e manutenção dos aspectos históricos culturais que se entrelaçam com o meio de hospedagem.

No quesito infraestrutura, por exemplo, foi possível constatar que o empreendimento tem se esforçado para preservar e manter suas instalações originais, mesmo realizando algumas reformas, o que tem continuado a contribuir imensamente para a preservação da história, identidade e cultura local a qual o meio de hospedagem encontra-se inserido.

Do mesmo modo, quanto aos objetivos específicos, no que tange a verificação da relação do Hotel Fazenda Santa Cecília frente à cultura local e como o mesmo vincula suas formas de fomento e respeito à população local e aos recursos culturais locais, tangíveis e intangíveis, observou-se que através de amplos programas de atividades contemplando aspectos sociais e culturais, parcerias e ações voltadas tanto para a comunidade local quanto para o trabalhador em si, o meio de hospedagem tem procurado reafirmar-se de forma responsável com a cultura e comunidade local.

Visto isso, estima-se que o nível de responsabilidade sociocultural do meio de hospedagem analisado nesta pesquisa, o Hotel Fazenda Santa Cecília, é positiva e perceptível. No que concerne aos requisitos norteadores utilizados para tal, como os requisitos exigidos pela *Biosphere Responsible Tourism* (2013) e a ABNT NBR 15401 (2006), Meios de hospedagem: sistema de gestão da sustentabilidade, em seu item turismo responsável, foi possível verificar e atestar o grau de comprometimento do meio de hospedagem com a questão sociocultural que permeia um turismo mais sustentável nos dias de hoje.

Assim, pelo que se pode observar na visita *in loco* ao empreendimento, assim como na realização da entrevista com sua proprietária, a Sra. Maria Cecília Aparecido, conclui-se que o nível de responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília é compatível tanto com as normas aferidas pela *Biosphere Responsible Tourism* (2013) quanto pela ABNT NBR 15401 (2006), Sistema de Gestão da Sustentabilidade: Aspectos socioculturais, conforme quadro resumo, apresentado a seguir:

Requisitos aos aspectos socioculturais: ABNT NBR 15401 (Sistema de Gestão da Sustentabilidade) e <i>Biosphere Responsible Tourism</i> (2013).	
1. Comunidades locais	
1.1. Orientação para que os trabalhadores se envolvam com a comunidade.	X
1.2. Envolvimento do empreendimento com a vida associativa local.	X
1.3. Participação em programas socioambientais junto à comunidade local.	X
1.4. Contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais.	X
2. Trabalho e renda	
2.1. Consumo da produção local.	X
2.2. Aproveitamento dos trabalhadores locais e regionais.	X
2.3. Incentivo ao associativismo.	X
2.4. Promover qualidade de vida através da equidade de renda.	X
2.5. Estimular às atividades complementares às operações do empreendimento.	X
3. Condições de trabalho	
3.1. Salários atendendo no mínimo a categoria.	X
3.2. Condições mínimas de higiene, segurança e conforto.	X
4. Aspectos culturais	
4.1. Promover a divulgação da cultura local entre os clientes.	X
4.2. Promover de maneira planejada atividades e manifestações culturais das comunidades locais.	X

4.3. Implementação de medidas para prevenir impactos negativos das operações do empreendimento frente às comunidades locais.	X
4.5. Fornecer aos clientes orientações e informações para incentivar o conhecimento e para promover atitudes de comportamentos de respeito a cultura local.	X
5. Populações tradicionais	
5.1. Planejamento e implementação de medidas para assegurar o respeito aos hábitos, direitos e tradições das populações tradicionais.	X
5.2. Informar aos clientes as peculiaridades das comunidades locais.	X
5.2. Apoiar ações para a melhoria das condições de vida das populações tradicionais.	X
5.3. Fomentar a participação efetiva da população tradicional em todo o processo de gestão das atividades do empreendimento.	X
5.4. Fomentar o respeito à cultura e a privacidade das populações tradicionais.	X
5.5. Auxiliar e evitar práticas ou tradições que agridam o meio ambiente.	X
5.6. Apoiar a conservação, proteção e o resgate da cultura e tradições das populações tradicionais.	X

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o nível de responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília, localizado no município de Miguel Pereira, interior do estado do Rio de Janeiro, foi um trabalho árduo mais muito prazeroso. Árduo no sentido de longínquo, mas prazeroso por se tratar de uma propriedade belíssima em um ambiente de extrema exuberância natural: O Vale do Café Fluminense, RJ.

Sendo este parte integrante da localidade do objeto de estudo desta pesquisa, o Hotel Fazenda Santa Cecília, a pesquisa bibliográfica mostrou o enorme potencial turístico da região, sobretudo nos bens históricos e culturais, difundidos entre os antigos casarões e fazendas de café datadas principalmente do século XIX. Entre estas, a Fazenda Santa Cecília no ano 2015, concebida como meio de hospedagem de extrema importância histórica, é símbolo de cultura, preservação e manutenção de identidades.

No que se refere à propriedade em si, foi possível perceber que suas instalações e estruturas físicas são bem conservadas e preservam a originalidade de sua arquitetura datada do século XIX.

Com móveis de épocas, pisos e janelas em madeira típica de casarões antigos, além de uma área externa exuberante e objetos de valor incalculáveis espalhados por todo o meio de hospedagem, o Hotel Fazenda Santa Cecília procura preservar e manter viva a história e cultura a qual está inserido.

Isto se pode confirmar, sobretudo, na preservação do conjunto principal composto por 3 corpos de bases retangulares, um principal e dois secundários, e pela preservação da escadaria em pedra na área externa que desce e dá acesso às instalações mais baixas e às margens do Rio Santana, estando esta inteira e do mesmo modo de quando foi construída ainda no século XIX.

Neste sentido, poder-se-ia dizer que foi possível constatar que o empreendimento tem se esforçado para preservar e manter suas instalações originais, mesmo realizando algumas reformas, o que tem continuado a contribuir imensamente para a preservação da história, identidade e cultura local.

Em complemento a isso, para além da estrutura física, a pesquisa evidenciou também que várias são as ações e atividades de cunho social e/ou cultural

desenvolvidas pelo meio de hospedagem em prol de se preservar e manter viva a história, identidade e cultura local.

Como relatado nas análises dos objetivos específicos, concluiu-se que em relação à verificação do vínculo do Hotel Fazenda Santa Cecília frente à cultura local e como o mesmo vincula suas formas de fomento e respeito à população local e aos recursos culturais locais, tangíveis e intangíveis, amplos são os programas de atividades contemplando aspectos sociais e culturais, parcerias e ações voltadas tanto para a comunidade local quanto para o trabalhador em si desenvolvido pelo meio de hospedagem como meio de reafirmar-se de forma responsável com a cultura e a comunidade de entorno.

Vinculado a isso ainda, no que concerne aos requisitos norteadores utilizados para esta pesquisa como os exigidos pela *Biosphere Responsible Tourism* (2013) e ABNT NBR 15401 (2006), Meios de hospedagem: sistema de gestão da sustentabilidade, em seu item turismo responsável e subitens, comunidades locais; trabalho e renda; trabalhadores das comunidades locais ou regionais; estímulo às atividades complementares às operações do empreendimento; condições de trabalho; aspectos culturais e populações tradicionais foi possível verificar que o Hotel Fazenda Santa Cecília possui um alto grau de comprometimento com a questão sociocultural na região e localidade a qual está fundado.

Em síntese, de acordo com a pesquisa qualitativa realizada - observação não participante, entrevista e estudo bibliográfico – conclui-se com afinco que o nível de responsabilidade sociocultural do Hotel Fazenda Santa Cecília é elevado e segue a legislação em vigor.

6. REFERÊNCIAS

ABNT. Meios de Hospedagem: **Sistema de gestão da sustentabilidade** / Associação Brasileira de Normas Técnicas - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Rio de Janeiro: ABNT; SEBRAE, 2012.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARAÚJO, Carolina Dutra. **Anais da amostra de práticas turísticas**. Volta Redonda (Gestão de Turismo – UNIFOA), 2007.

ARNING, David R. **Preserving a room at america's grand hotels: A developmental history and preservation resource for Historic Hotels**. Graduate Faculty of the University of Georgia, master of historic preservation. Athens, Georgia, USA, 2004.

ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. Trad. Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. Porto Alegre: Globo, 1973.

ARAÚJO, CÂNDIDO E SILVA. **Políticas de turismo: a percepção do empreendedor local em relação ao turismo no Vale do Café fluminense**. Observatório de Inovação do Turismo - Revista acadêmica, nº 1, p. 1-22, Mar.-2009.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. **O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas**. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. Cultura, consumo e identidade, . 21-44. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARRETO, M. **Cultura e Turismo :Dicussões Contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2003.

BIOSPHERE. **El papel del Turismo Sostenible y su crecimiento enel mercado internacional**. Apresentação em power-point. E-mail recebido em 20/5/2014.

BRASIL. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2000.

_____. **Guia cultural do Vale do Café**. Brasília: Ministério da Cultura, 2013.

_____. Vivências Brasil: aprendendo com o turismo nacional. **Viagem técnica Vale do Café, RJ**. Relatório Final. Brasília: 2006.

BANDUCCI Jr, Álvaro, BARRETTO, Margarita (orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus, 2001.

BOULLÓN, Roberto C. Atividades **Turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Roberto Boullón; tradução Maria Elena Ortega Ortiz Assumpção. 1.Ed. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CADASTUR. **Cartilha de Orientações Básicas**. Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem. 2º edição. Brasília. p. 20. 2010.

CASASOLA, Luis. **Turismo e Ambiente**. 1.Ed. São Paulo: Roca, p.104. 2003.

CASTELLI, **Geraldo**. **Administração hoteleira**. 9. Ed. Caxias do Sul: EducS, 2003.

CONCICLO 2008. Disponível em: www.valedocafe.com.br/conciclo. Acesso em: 5 Jun. 2015.

CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. **Turismo e Hotelaria**. São Paulo. DCL, 2004.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. IN: Revista Hospitalidade, São Paulo, ano IV, n. 2, 2. sem. 2007.

FERRAZ, Rafael de Abreu. **Análise das Atividades Turísticas no Vale do Ciclo do Café Fluminense**. IN: I Encontro de Grupos de pesquisa, 2005, Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2003. (Turismo Contexto).

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/ago. 2006.

ICOMOS. **Carta Internacional sobre Turismo Cultural**. Paris: ICOMOS. (ed) (1976). Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=19803>. Acesso em: 19 de Abr, 2015.

ICT, Instituto Costarricense de Turismo. **Certificación para lasostenibilidad turística**. San Jose: ICT, 2003. Disponível em www.turismo-sostenible.co.cr. Acesso em 29/05/2014.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **INEPAC**<<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>, acesso em 21 de Abril de 2014.

ISMAIL, Ahmed. **Hospedagem: Front office e governança**. São Paulo. Ed. Pioneira Thomson Learning. 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LUCAS. Sônia Maria de Mattos. **Preservar o passado é construir o futuro**. 2008. [acesso em 2012 Nov 16]; [aproximadamente 8 páginas]. Disponível em:< www.preservareconstruiofuturo.com.br>, acesso, 17 Jun 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação:**abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986, p. 99.

MAFFESOLI, M. O tempo das tribos: o **declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa: Qualitative research methodology. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p.287-298, 4 ago. 2004.

MARQUES, J. Albano. Introdução a Hotelaria. Bauru, São Paulo. Educus, 2003.

MORAES, Edilaine Albertino de. **Hospitalidade em espaços urbanos: a cidade, o patrimônio e o turismo**. Rio de Janeiro, 2010.

NEVES, José Luis. Pesquisa **Qualitativa - Características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, V.1, Nº3, 2º SEM./1996.

NOVAES, Adriano Lima. **Instituto Preservale**. Disponível em: <http://www.preservale.com.br/fazendas-historicas>, acesso em: 20 Jul, 2014.

NUNES, Ana Carla. **A importância do turismo cultural**. Disponível em: <http://www.sepluganomundo.com.br>, acesso em: 15 de Fev, 2015.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Recife: UFPE, 2002. 19.

OLIVEIRA, S. D. de. Segmentação do mercado turístico: Estudos, produtos e perspectivas. **Turismo de aventura: possibilidades, responsabilidades e riscos**. Barueri, SP. Manole. 2009.

OMT. Organização Mundial do Turismo: « Código **Ético Mundial para o Turismo** », em www.world-tourism.org/. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA. **Representação da Unesco no Brasil**: Unesco. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/>. Acesso em 12 de Mar, 2015.

Rosa, Lélío Galdino; Auro, Aparecido Mendes. **Serviços Hoteleiros, Turismo de Negócios, Eventos e Organização Espacial**. Jundiaí. Paco editorial, 2014.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. Editora brasiliense. 6º edição. São Paulo. 1987.

TEIXEIRA, Luciano. **O que é patrimônio cultural**. Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2010.

UNESCO. **Patrimônio Intangível**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>. Acesso em 02 de Jun. 2015.

ANEXOS

I) Requisitos utilizados para avaliação sociocultural, BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM.

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Instituto de Turismo Responsable

BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

www.biospheretourism.com www.biospheretravel.com

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Instituto de Turismo Responsable

CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

2. Conservación y mejora del Patrimonio Cultural

2.1 INTEGRACIÓN EN LA REALIDAD CULTURAL DEL DESTINO

2.2 PARTICIPACIÓN EN LA CONSERVACIÓN DE LOS RECURSOS CULTURALES

2.3 FOMENTO DEL CONOCIMIENTO POR PARTE DE LOS VISITANTES

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Instituto de Turismo Responsable

CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

2.1 INTEGRACIÓN EN LA REALIDAD CULTURAL DEL DESTINO

- Respeto de las tipologías arquitectónicas locales en sus instalaciones. Construcción integrada en el entorno.

- Incorporar elementos de decoración interna propios de la cultura y artesanía de la zona.

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

Instituto de Turismo Responsable

CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM

2.2 PARTICIPACIÓN EN LA CONSERVACIÓN DE LOS RECURSOS CULTURALES


- Fomento y respeto de los recursos culturales locales, tangibles e intangibles.

• TANGIBLE

• INTANGIBLE

¿Cómo?

- Organizando: jornadas, muestras, talleres, simposios, eventos...
- Contribuyendo con las autoridades locales.
- Cediendo instalaciones: muestras de artesanías, etc.


CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM
 PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

2.3 FOMENTO DEL CONOCIMIENTO POR PARTE DE LOS VISITANTES

¿Cómo?

- INFORMANDO SOBRE LOS PRINCIPALES RECURSOS CULTURALES DE LA ZONA:
 - Puntos de interés: museos, parques naturales, senderos, visitas guiadas, etc.
 - Recomendaciones: vestimenta, calzado, agua, etc.
 - Horarios.
- ZONA DE RESTAURANTE:
 - El menú deberá incluir gastronomía local en su oferta.
 - El personal de restauración deberán ser conocedores de la cultura gastronómica local, vinos, platos típicos.
 - Realización de cenas temáticas.
- ANIMACIÓN:
 - Los programas de animación, deberán ofrecer actividades relacionadas con el ámbito local: día nacional o regional, folclore, bailes regionales, etc...


CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM
 PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

3. Desarrollo económico y social del destino

3.1 FOMENTO DEL DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL DE LA COMUNIDAD LOCAL

3.2 ACTITUD RESPONSABLE CON LOS EMPLEADOS





CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM
 PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

3.1 FOMENTO DEL DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL DE LA COMUNIDAD LOCAL

¿Cómo?

- Contratando personal local.
- Siguiendo una política de compras responsables.
- Productos y proveedores locales.
- Promoviendo acciones formativas con colegios, ofertando prácticas laborales, etc.
- Integrandose en la vida social de la comunidad.
- Campañas sociales: donaciones de efectos en desuso, banco de alimentos, apadrinamientos...
- Colaborando con la administración en la promoción de actividades como la certificación Biosphere destination o la agenda 21 local.





CERTIFICACIÓN BIOSPHERE RESPONSIBLE TOURISM
 PARA LA INDUSTRIA ALOJATIVA

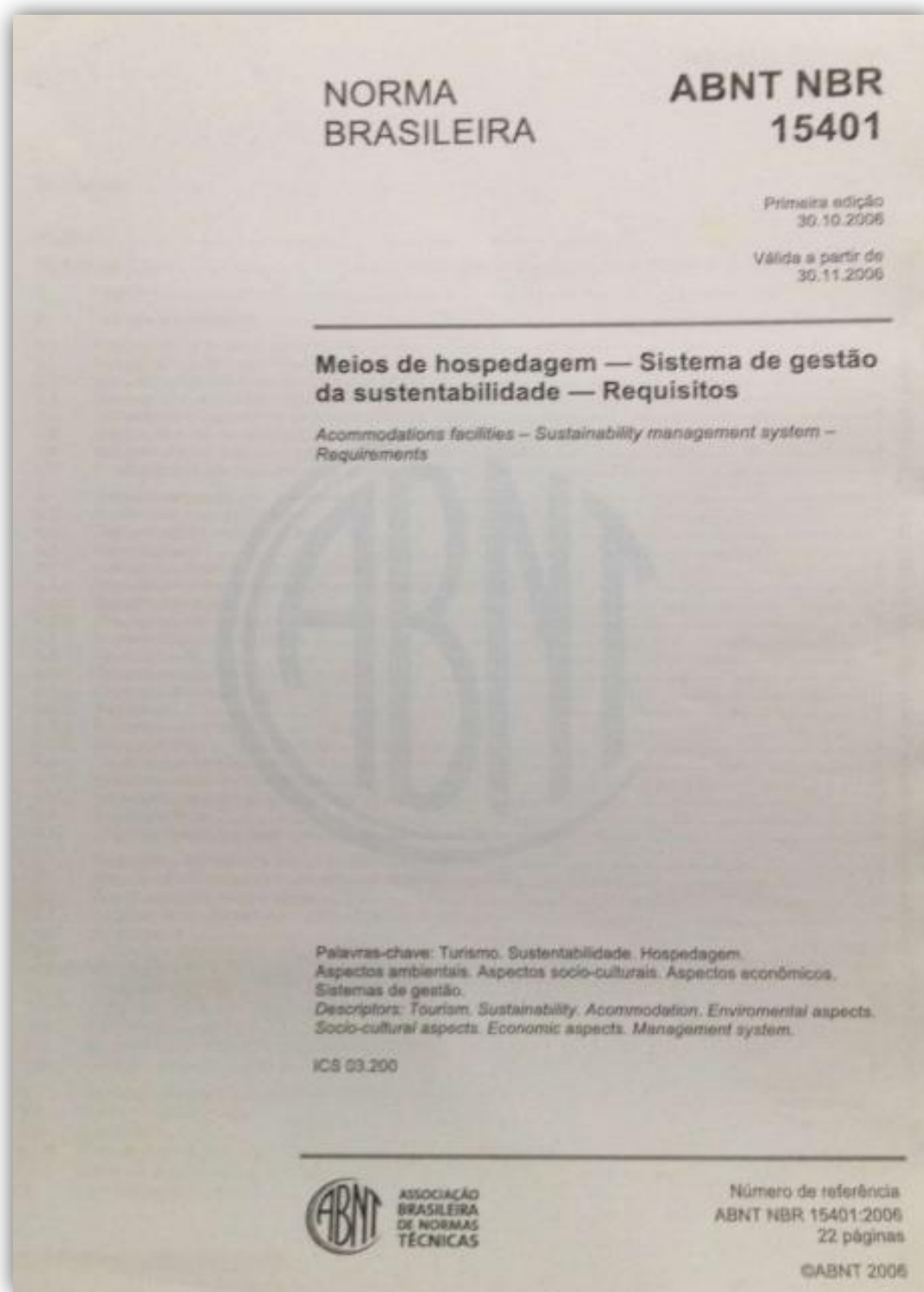
3.2 ACTITUD RESPONSABLE CON LOS EMPLEADOS

¿Cómo?

- No seguir practicas discriminatorias en la selección de personal.
- Proporcionar acciones de formación continua para cada puesto de trabajo.
- Favorecer la conciliación de la vida personal y laboral de los empleados, garantizar la formación en prevención de riesgos laborales.
- Fomentar la contratación de trabajadores con alguna discapacidad.



II) Requisitos utilizados para avaliação sociocultural, Norma ABNT NBR 15401, Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade, requisitos socioculturais para o turismo sustentável.



6 Requisitos socioculturais para o turismo sustentável

As operações e práticas do empreendimento devem contribuir para reconhecer, promover e respeitar o patrimônio cultural das regiões e as tradições e valores culturais não predatórios, e contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e comunidades envolvidas na cadeia produtiva.

6.1 Comunidades locais

6.1.1 O empreendimento deve se engajar em ações ou iniciativas voluntárias promovidas por organizações comunitárias, governamentais ou não-governamentais, que tenham o objetivo de contribuir com o desenvolvimento das comunidades locais.

6.1.2 A Direção do empreendimento deve participar e encorajar o envolvimento dos seus trabalhadores em atividades comunitárias, mediante:

- a) a orientação pela Direção para que os trabalhadores se envolvam com a comunidade;
- b) a disponibilidade de tempo pelo empreendimento para o envolvimento dos trabalhadores com a comunidade;
- c) a inclusão na avaliação pelo empreendimento do envolvimento dos trabalhadores com a comunidade.

6.1.3 O empreendimento deve se envolver na vida associativa local.

6.1.4 O empreendimento deve manter um registro das interações com a comunidade local, inclusive de reclamações e sugestões. Deve ser dada resposta adequada às reclamações e sugestões recebidas. Estas informações devem ser utilizadas na revisão crítica do sistema de gestão da sustentabilidade.

6.1.5 O empreendimento deve estabelecer e manter um procedimento para avaliar o grau de satisfação e reclamações da comunidade local com as atividades a ela relacionadas.

6.1.6 O empreendimento deve estabelecer e implementar procedimento para avaliação da eficácia da sua ação sociocultural. Essas informações devem ser utilizadas na revisão crítica do sistema de gestão da sustentabilidade.

6.1.7 O empreendimento deve participar de programas socioambientais junto às comunidades locais, inclusive de educação ambiental.

6.1.8 O empreendimento deve planejar e implementar medidas preventivas em relação a impactos negativos como "turismo sexual", "prostituição infantil" etc. Neste contexto, o empreendimento deve observar as orientações do Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual Infante-Juvenil.

6.2 Trabalho e renda

O empreendimento deve comprometer-se com o aproveitamento das pessoas e da produção do local, incentivando o associativismo, a qualidade e a sustentabilidade.

6.2.1 Trabalhadores das comunidades locais ou regionais

O empreendimento deve empregar, na maior extensão viável, trabalhadores (empregados, subcontratados ou autônomos) das comunidades locais ou regionais. Pelo menos 50% da força de trabalho envolvida com as operações do empreendimento devem ser provenientes das comunidades locais.

NOTA Entende-se que o proprietário e a sua família, residindo na comunidade, independentemente de sua origem, são considerados parte da comunidade local.

O empreendimento deve promover ações de capacitação profissional, de modo que pessoas das comunidades locais ou regionais possam obter trabalho diretamente no empreendimento ou pela ativação de cadeias produtivas regionais.

Recomenda-se que o empreendimento utilize pessoas das comunidades locais ou regionais na administração e no gerenciamento das suas operações.

O empreendimento deve estabelecer uma política de remuneração que não discrimine o pessoal das comunidades locais ou regionais nem discrimine gênero.

6.2.2 Estimulo às atividades complementares às operações do empreendimento

O empreendimento deve apoiar a capacitação de pessoas das comunidades locais para a prestação serviços e fornecimento de insumos ou atividades complementares às do empreendimento.

O empreendimento deve estimular e promover o uso desses serviços e produtos por parte dos clientes e o desenvolvimento de novos negócios nas comunidades locais.

O empreendimento deve incentivar a venda de artesanatos e produtos típicos (inclusive culinários) da região, fornecidos por pessoas das comunidades locais, no empreendimento ou nas próprias comunidades locais, valorizando a comunidade e promovendo a interação entre o cliente e o artesão. Pode ser conveniente que o empreendimento estimule o resgate de técnicas artesanais ligadas à cultura local.

6.3 Condições de trabalho

6.3.1 O empreendimento deve assegurar que os salários pagos atendem no mínimo aos pisos da categoria, usando referências sindicais regionais.

6.3.2 O empreendimento deve assegurar instalações destinadas aos trabalhadores que atendam às condições mínimas de higiene, segurança e conforto.

6.3.3 O empreendimento deve assegurar que a composição de salários e benefícios seja detalhada de forma clara e permanente para os trabalhadores.

6.3.4 O empreendimento deve assegurar que esquemas de falso aprendizado não sejam realizados, numa tentativa de evitar o cumprimento de suas obrigações para com os funcionários sob as condições legais aplicáveis e associadas às legislações e regulamentações trabalhistas e de seguridade social.

NOTA É exemplo de falso aprendizado a utilização de aprendizes e estagiários como força e trabalho planos.

6.3.5 O empreendimento deve desenvolver ações para promover a equidade étnica, social e de gênero e coibir o trabalho infantil.

6.4 Aspectos culturais

6.4.1 O empreendimento deve promover a divulgação da cultura local entre os seus clientes.

6.4.2 O empreendimento deve promover de maneira planejada atividades e manifestações culturais das comunidades locais e a sua divulgação junto aos clientes, procurando preservar a sua autenticidade.

6.4.3 O empreendimento deve apoiar iniciativas para o conhecimento, a valorização, a preservação e a promoção da cultura local.

6.4.4 O empreendimento deve planejar e implementar medidas para prevenir os impactos negativos das suas operações nas comunidades locais.

6.4.5 O empreendimento deve fornecer aos clientes orientações e informações para incentivar o conhecimento e para promover atitudes e comportamento de respeito à cultura local.

IV) Questionário aplicado na realização da entrevista.

GUIA DE ENTREVISTA

HOTELARIA RESPONSÁVEL NO VALE DO CAFÉ FLUMINENSE

- 1) O meio de hospedagem promove atividades sociais ou culturais voltada para a comunidade local?
- 2) A empresa, meio de hospedagem, integra organizações locais e comunitárias que trabalham no sentido de melhorar a vida dos moradores das comunidade locais?
- 3) A empresa, meio de hospedagem, contribui para o desenvolvimento do esporte, artes, atividades culturais e outros de interesse especial da comunidade local?
- 4) A empresa, meio de hospedagem, possui programas específicos que promovam as devidas interações ente hóspedes e os moradores locais?
- 5) A empresa apóia ou tem uma relação de negócios em andamento com pelo menos três microempresas locais, regionais ou nacionais?
- 6) O hotel promove e incentiva atividades em que as organizações locais, grupos de artesãos / pintores / escultores e artistas em geral, podem participar contribuindo para maior interação entre hóspedes e comunidade?
- 7) A empresa faz uso de suas instalações para reuniões comunitárias, onde visa-se discutir assuntos de interesse para a comunidade e também para o próprio estabelecimento?
- 8) Entre as políticas do meio de hospedagem, a empresa treina o seu quadro de pessoal para que estes transmitam aos seus clientes recomendações para reduzir os impactos negativos sobre as culturas existentes e tradicionais que vivem nas comunidades que visitam?
- 9) A empresa utiliza a população local para cobrir mais de 60% das necessidades de pessoal, mão de obra?
- 10) A rotina do hotel, está sempre preocupada e alerta, com possíveis situações indesejáveis que possam vir a afetar as comunidades locais?
- 11) A empresa participa contribuindo ativamente para o desenvolvimento da comunidade local, através de parcerias, divulgação do comércio local etc.?
- 12) A empresa, meio de hospedagem, mantém estreita e constante relação com a comunidade sobre a necessidade de novas formas de fomento de políticas de turismo histórico cultural local?

V) Carta de autorização.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA
CURSO DE HOTELARIA

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº
_____ e no RG nº
_____, residente e domiciliado à
_____ autori
zo o Sr. Leandro de Araújo Dias, inscrito no CPF sob o nº 119.669.817 – 16 e no
RG nº 21.754.808 - 0, a divulgar e promover o nome da empresa Hotel Fazenda
Santa Cecília, RJ.

Rio de Janeiro, 21 de Julho de 2015.

Assinatura (nome completo)

APÊNDICE

Hotel Fazenda Santa Cecília

Entrevistada: Maria Cecília Aparecido

A entrevista em si teve por finalidade abordar questões relativas aos princípios que embasam a Hotelaria Responsável, em especial nesta pesquisa a direcionada a região do Vale do Café Fluminense. Neste sentido, todo o questionário semi-estruturado, como segue anexo, foi baseado na observância dos critérios adotados nos processos de certificação de atividades turísticas e hoteleiras previamente selecionadas para a pesquisa, tais como a Biosphere Responsible Tourism (2013), em sua parte 2, denominada Conservación y Mejora del Patrimonio Cultural, Certificación Sostenible de Turismo, item 27; Desarrollo Social y Cultural, e da norma ABNT NBR 15401, Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade, em seu item de atendimento aos requisitos socioculturais para o turismo sustentável.

A entrevista com a gestora e proprietária do Hotel Fazenda Santa Cecília, localizada no bairro de Vera Cruz no município de Miguel Pereira na região sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, Maria Cecília Aparecido, ocorreu na data do dia 21 de janeiro de 2014, com início às 11h15min e término aproximado às 13h 15min.

A entrevista concebida pela própria Sra Maria C. Aparecido, ocorreu nas dependências do próprio meio de hospedagem em Miguel Pereira, RJ. O cenário para tal foi na varanda localizada na parte externa do meio de hospedagem que liga o portão da entrada principal a área de recepção do hotel.

Neste espaço, seguindo uma ordem cronológica, um total de 12 questões foi indagado a sra Maria Cecília Aparecido que as respondeu de forma clara e objetiva. Abaixo, segue o relato pertinente as questões levantadas no decorrer da entrevista.

A primeira questão levantada foi se o meio de hospedagem promove atividades sociais ou culturais voltada para a comunidade local. De acordo com Maria C. Aparecido é realizado mensalmente ou sempre que possível ação de caráter social e/ou cultural com a finalidade de envolver a comunidade local com as atividades realizadas pelo meio de hospedagem.

Dessa forma, atividades tais como trabalho com medicina alternativa, yoga, recebimento de grupos de pessoas durante o carnaval, narração da história da fazenda e de seu entorno, entre outros, são sempre ações feitas e desenvolvidas pelos próprios moradores locais. Segundo Maria Cecília, os responsáveis por desenvolver tais atividades são os próprios moradores que em parceria com o meio de hospedagem organizam e planejam distintas atividades na região.

Para, além disso, o meio de hospedagem realiza também ações voltadas ao turismo pedagógico, principalmente direcionado as escolas públicas do próprio município de Miguel Pereira, RJ. A Fazenda Santa Cecília, é aberta a visitação de crianças, jovens e adultos, o que por sua vez, incentiva a prática do turismo histórico cultural e pedagógico a nível local.

Segundo Maria Cecília, o meio de hospedagem participa também contribuindo ativamente para o desenvolvimento da comunidade local, através de parcerias e divulgação do comércio local nas dependências do próprio hotel fazenda. Em épocas de eventos regionais, tais como o Café Cachaça & Chorinho e Cachaça Magnífica, por exemplo, na própria recepção do hotel são alocados *standers* e prateleiras com produtos locais para apreciação e compra por parte dos hóspedes ou visitantes.

São divulgados, dessa forma, tantos os produtos da agricultura familiar, quanto os artesanatos feitos por uma parcela da população local, na maioria mulheres.

A partir de tais ações, de acordo com a proprietária a idéia é justamente aproximar a comunidade local do hóspede, seja este nacional ou estrangeiro. Objetiva-se deste modo, estreitar laços de relação entre visitantes / hóspedes e moradores locais.

No que concerne a relação de negócios em andamento com microempresas locais, regionais ou nacionais, a Sra Maria Cecília, disse que há o uso e consumo dos produtos locais advindos, sobretudo, da agricultura familiar. Segundo a mesma, pelo hotel localizar-se em área rural, onde prevalece à agricultura familiar, é mais fácil a aquisição de produtos alimentares agropecuários de boa qualidade a preços mais acessíveis.

Quanto à aquisição de mercadorias a nível estadual ou nacional, este fica por conta apenas dos enxovais das unidades habitacionais e algum utensílio ou

equipamento, em específico, dificilmente adquirido no âmbito do município de Miguel Pereira, RJ.

No tocante ao uso de mão de obra para trabalhar nas diversas atividades do meio de hospedagem, de acordo com a Sra Maria Cecília, toda ela é local, retendo-se, assim, a um quadro de 100% de aproveitamento dos trabalhadores da própria comunidade do empreendimento.

Segundo a proprietária, quando há vaga disponível e não há mão de obra qualificada local para sua ocupação, o próprio empreendimento treina e qualifica essas pessoas para ocuparem vagas ociosas. Para Cecília, a prioridade do Hotel Fazenda no quesito contratação de mão de obra é sempre optar por moradores locais.

Na questão sobre programas e treinamentos direcionados aos colaboradores do meio de hospedagem, um em específico de cunho relevante para ser citado, é o direcionado a capacitar os funcionários a transmitir recomendações aos hóspedes sobre formas de reduzir impactos negativos sobre a cultura local. Nesta perspectiva, “sempre são perpassados aos hóspedes e/ou visitantes orientações quanto a sua forma de atuar na localidade frente aos bens históricos culturais de valor inestimável para todos que aqui se encontra”. (MARIA CECÍLIA APARECIDO, 2014),

Para a sra Maria Cecília, conscientizar os hóspedes e/ou visitantes sobre os hábitos e costumes locais, para que a comunidade não sofra com o desenvolvimento do turismo local, são ações constantes e que requer muita delicadeza na sua execução.

Por fim, a última questão levantada, disse respeito à interação do meio de hospedagem com a comunidade no que tange novas formas de fomento de políticas de turismo histórico cultural a nível local.

Nesse tangente, segundo a Sra Maria Cecília Aparecido, membros da comunidade participam ativamente das reuniões no Hotel Fazenda para posicionarem seus pontos de vistas quanto à criação de atividades de cunho histórico cultural promovidas pelo meio de hospedagem. Além disso, nesse quesito, há também uma consulta a outros meios de hospedagem local que integra o entorno da propriedade como as pousadas.